



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

**A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO CEF 02 DE BRASÍLIA EM
2011/2012, NA PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES**

MIRIAM TEREZA DE SOUZA NETTO

Brasília, 2013

MIRIAM TEREZA DE SOUZA NETTO

**A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO CEF 02 DE BRASÍLIA EM
2011/2012, NA PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Sérgio Bareicha.

2013

MIRIAM TEREZA DE SOUZA NETTO

**A EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL DO CEF 02 DE BRASÍLIA EM 2011-
2012, NA PERSPECTIVA DE PAIS E PROFESSORES**

Comissão examinadora:

Prof. Dr. Paulo Sérgio Bareicha (orientador)
Universidade de Brasília - Faculdade de Educação

Prof. Dra. Inês Marques Zanfolin Pires de Almeida
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

João Alberto Chagas Lima
SEB - MEC

Prof. Dr. Paulo Ramos Coelho
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação (Suplente)

Brasília – DF
2013

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela orientação e amparo nos momentos difíceis.

Ao meu professor orientador Prof. Paulo Sérgio Bareicha, que com paciência acompanhou e incentivou meus projetos acadêmicos.

À equipe da Coordenação de Educação Integral da Secretaria de Educação do DF, que prontamente atendeu minhas solicitações.

Ao CEF 02 de Brasília que, atenciosamente, abriu suas portas para que eu pudesse conhecer o seu trabalho na Educação Integral.

À minha família, que com paciência apoiou-me na realização deste trabalho.

Aos colegas da universidade, pelo incentivo, companheirismo, carinho e confiança.

Aos professores pela grande contribuição no meu aprendizado.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi apresentar e discutir a opinião crítica de pais e de professores do Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília, a respeito da experiência da implantação do sistema de Educação Integral na escola, no período entre 2011 e 2012. No Distrito Federal a política de Educação Integral tem reinício recente, em 2007/2008. Simultaneamente o Governo Federal inicia o Programa Mais Educação. Ao longo dos anos aumentou-se significativamente a oferta de aumento da jornada escolar e da diversificação de conteúdos no Brasil, de modo geral, e no Distrito Federal, em particular. Participaram desta pesquisa 38 pais de alunos e 7 professores do CEF 2 de Brasília. Os dados foram coletados por meio de questionário. Os resultados apontam que pais de alunos e professores consideram que o tempo empenhado nas atividades é suficiente para sua realização, mas que os espaços não são tão adequados. A participação dos professores organiza a qualidade dos resultados, mas a dificuldade de participação dos pais no planejamento os compromete. O caráter assistencial da proposta de educação integral, retirando jovens da rua e oferecendo alimentação balanceada é considerado tão importante quanto o aspecto pedagógico, com a tentativa de diversificação curricular e interdisciplinaridade.

Palavras Chave: Educação Integral; Ação Pedagógica; Tempo; Espaço; Currículo.

ABSTRACT

The aim of this study is to present the Centro de Ensino Fundamental 2 de Brasília parents' and teachers' critics opinions about the Integral Education adoption by that school during the period between 2011 and 2012. In the Distrito Federal the Integral Education policy started recently, in 2007/2008. Simultaneously the Federal government had been started the Mais Educação program. Through the years, the length of the school day and diversification of contents have been significantly increased in Brazil, generally, and at Distrito Federal, specifically. In this research, there were 38 students' participant parents, and 11 CEF 2 de Brasília's teachers. The data was collected by a questionnaire. The results point that the students' parents and the teachers think that the spent time in activities is sufficient, but the spaces are not so adequate. The teachers' participation organizes the results quality, but the parents' difficult of participation in the planning process compromises them. The assistive nature of the integral education proposal, taking young people of the streets and offering a balanced diet is considered as important as the pedagogical aspect, with the curricular diversification and interdisciplinary attempts.

Key Words: Integral Education; Pedagogic Action; Time; Space; Curriculum.

SUMÁRIO

Memorial	11
Apresentação	15
I – EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL	16
1.1. Anísio Teixeira	16
1.2. CIEP	18
1.3. CIAC	19
1.4. CAIC	20
1.5. Programa Mais Educação	21
1.6. Amparo Legal	23
II – EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DISTRITO FEDERAL (2008-2012)	26
2.1. Histórico	26
2.2. Princípios da Educação Integral	27
2.3. Currículo Integral e Integrado	28
2.4. Atores da Educação Integral	29
2.5. Projeto Piloto de educação Integral em Tempo Integral	30
2.6. Atendimento da Educação Integral no Distrito Federal	33
2.7. Amparo Legal	35
III – RESULTADOS E DISCUSSÃO	37
3.1. A experiência do Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília	37
3.2. Percepção dos Pais e Professores sobre as experiências de Educação Integral	48
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	56
REFERÊNCIAS	57
APÊNDICES	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIC: Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente.

CIAC: Centros Integrados de Atendimento à Criança.

CEF: Centro de Ensino Fundamental.

CIEF: Centro Integrado de Educação Física.

CIEP: Centros Integrados de educação Pública.

CIL: Centro Interescolar de Línguas.

DEFER: Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação.

DF: Distrito Federal.

EJA: Educação de Jovens e adultos.

FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

MEC: Ministério da Educação.

PDAF: Programa de Descentralização Administrativa e Financeira.

PDDE: Programa Dinheiro Direto na Escola.

PNE: Plano Nacional de Educação.

PROETI: Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral.

PRONAICA: Programa Nacional de Atenção à Criança e ao Adolescente.

SEB/MEC: Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação.

SEE: Secretaria de Estado de Educação.

SEEI: Secretaria Extraordinária de Educação Integral.

SINPRO-DF: Sindicato dos Professores no Distrito Federal.

SQS/AE: Superquadra Sul/Área Especial.

TDAH: Transtorno de Defcit de Atenção e Hiperatividade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Percentual de frequência de oferta semanal por escola	34
Figura 2: Fachada do CEF 02 de Brasília	37
Figura 3: Almoço no CEF 02 de Brasília	40
Figura 4: Roda de leitura no CEF 02 de Brasília	43
Figura 5: Aula de Xadrez Escolar	44
Figura 6: Torneio de Xadrez	44
Figura 7: Apresentação dos trabalhos no Espaço Israel Pinheiro	45
Figura 8: Oficina de jogos no CEF 02 de Brasília	46
Figura 9: Ping-Pong no CEF 02 de Brasília	46
Figura 10: Aula Capoeira, CEF 02 de Brasília	47
Figura 11: Aula de informática, CEF 02 de Brasília	48
Figura 12: Considerações sobre o Projeto de Educação Integral na Escola	49
Figura 13: Participação dos pais no Projeto Educação Integral	50
Figura 14: Opinião de pais e professores quanto ao tempo para realização do projeto	52
Figura 15: Oficinas que deveriam ser ofertadas prioritariamente	53

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1: Oficinas ofertadas, responsáveis e espaços utilizados	42
Tabela 1: Educação Integral no DF, no período 2008-2012	34
Tabela 2: Comparação entre o IDEB do CEF 02 de Brasília com o DF e Brasil	38
Tabela 3: Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do CEF 02 de Brasília	38
Tabela 4: Avaliação dos espaços em que são oferecidas as oficinas	51

MEMORIAL

Nasci em Itabira- MG, em 1964, a sétima filha de uma família de 8 irmãos. Minha mãe sempre foi dona de casa e meu pai, trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce e hoje é aposentado. Sou casada e mãe de dois filhos, professora da Secretaria de Educação do DF e atualmente trabalho no CEF Polivalente como professora de Matemática com alunos do 6º ano do Ensino Fundamental.

Comecei meus estudos escolares no Grupo Escolar Professor Emílio Pereira de Magalhães, uma instituição pública de ensino, aos 6 anos de idade. As aulas eram no turno vespertino de 2ª a 6ª feira com brincadeiras e contação de histórias pela professora. Havia uma biblioteca na escola onde minha turma ia uma vez por semana, para “ler livros” ou ouvir histórias contadas pela bibliotecária. Ao final do ano já assinava o meu nome completo.

A primeira etapa do ensino fundamental (1ª a 4ª série) foi feita na mesma escola. As professoras eram normalistas que já haviam dado aulas a meus irmãos mais velhos. Ao final da 1ª série já sabia ler. As aulas na biblioteca continuaram e as aulas de educação física eram dadas com brincadeiras infantis pela própria professora regente. Destaquei-me desde muito cedo nos estudos da matemática, porém sofria com as dificuldades ortográficas e com as exceções da língua portuguesa. Gostava de estudar ciências fazendo experiências no laboratório/porão de um colega – “cientista”.

Na segunda etapa do ensino fundamental (5ª a 8ª série) fui estudar na Fundação Itabirana Difusora de Ensino (FIDE), escola particular que tinha convênio com a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A maioria de meus professores ministrava as aulas de forma tradicional (eu ensino, você aprende), alguns preocupados com a “decoreba”. Nesta escola o conteúdo de Ciências era dividido em aulas teóricas e práticas, estas dadas no Laboratório de Ciências. As aulas de Educação Física eram dadas em turno contrário no Valeriodoce Esporte Clube, clube da cidade. Fui convidada a fazer parte da equipe de corrida, voleibol e basquete, o que aceitei para não ter que fazer as aulas tradicionais desta disciplina.. Neste período a facilidade da aprendizagem matemática era clara, o que me proporcionou o trabalho de monitoria em minha turma.

O ensino médio cursado, por falta de opção, foi o Magistério, na Escola Estadual Mestre Zeca Amâncio. Foram três anos de estudo com excelentes professores. No primeiro ano, o currículo do curso era o mesmo do curso Acadêmico e somente a partir do 2º ano foi dada ênfase nas disciplinas de formação docente. No 3º ano começou o estágio, em turno contrário, sendo o primeiro semestre para observações e o segundo para prática de regência. As aulas de Educação Física, a partir do 3º ano, tinham como objetivo trabalhar as brincadeiras infantis para o desenvolvimento da coordenação motora e a socialização das crianças.

O curso de Ciências (licenciatura curta, com dupla habilitação – Ciências e Matemática) foi cursado na Fundação Itabirana Difusora de Ensino (FIDE), também por falta de outro curso de interesse. Nessa época já havia passado num concurso para Instituto de Previdência de Minas Gerais IPSEMG (IPSEMG). O curso de Ciências era dado, em sua maioria, por engenheiros da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e tinha como técnicas de aprendizagem, basicamente, resolução de exercícios e leituras de texto, com exceção de Ciências que se valia de aulas práticas no laboratório.

Iniciei o curso de Economia na Pontifícia Universidade Católica de Belo Horizonte, quando fui transferida para a sede do IPSEMG. Foi lá que desenvolvi algumas habilidades na área de humanidades, uma vez que o curso dava grande ênfase ao estudo da história e política econômica.

Com meu casamento, tive que vir morar em Brasília. Deixei o curso de Economia e o emprego, e ingressei, por concurso, na Secretaria de Educação do DF como professora de matemática. Paralelamente comecei a trabalhar, como voluntária, com educação cristã para crianças.

Com meu trabalho na Secretaria de Educação do DF percebi que, apesar da matemática não ter mudado, o comportamento dos alunos não era o mesmo dos alunos de minha época de curso e que, além disso, alunos com necessidades educacionais especiais estavam incluídos às turmas regulares. Surgiu, então, a necessidade de conhecer novas formas de abordar os temas a serem estudados, conhecer as necessidades educacionais especiais e a melhor forma de se trabalhar com o aluno com características tão diferentes. Estas necessidades levaram-me a decidir a cursar Pedagogia. Porém, por opção, decidi não abrir

mão de educar meus filhos e só depois que eles atingiram certa idade, decidi prestar vestibular.

Em 2009, quando voltei a estudar, me matriculei em um cursinho preparatório para vestibular, para relembrar alguns conceitos. No entanto, por perceber que o cursinho não estava me ajudando muito, resolvi estudar sozinha para o vestibular. Ingressei na Universidade de Brasília por meio do 2º vestibular de 2009 no curso de Pedagogia.

Um dos grandes desafios no decorrer do curso foi o cansaço. Depois de trabalhar em sala de aula, com média diária de 90 alunos do 6º e 7º ano do Ensino Fundamental, enfrentar um trânsito, muitas vezes caótico, sentar em sala para discutir algum assunto necessitou de muita persistência. A experiência de colegas em situações piores foi o grande incentivo para permanecer presente em algumas aulas. Fiquei um pouco decepcionada com a pouca valorização às disciplinas de ensino de matemática, ciências, história e geografia presentes em apenas um período do curso, que particularmente acho pouco.

Por outro lado, disciplinas na área de inclusão foram de grande auxílio no meu trabalho em sala de aula permitindo o uso de técnicas diferenciadas para o desenvolvimento da aprendizagem de alunos com necessidades especiais. O interesse pela gestão escolar permitiu-me trabalhar como coordenadora auxiliando os gestores e os colegas do Centro de Ensino 02 de Brasília (CEF 02).

O trabalho voluntário de educação cristã foi enriquecido com o uso de novas estratégias de ensino, com o uso de tecnologias aprendidas durante o curso de Pedagogia e com a contribuição de experiências de colegas.

Uma vez implantado o Projeto de Educação Integral no CEF 02 de Brasília, busquei um estudo mais aprofundado sobre o tema o que me levou a desenvolver o estágio (Projeto IV) em instituições de educação integral.

No período do estágio tive a oportunidade de conhecer mais de perto o trabalho de educação integral no ensino fundamental em Brasília. Foi um momento rico em conhecimento da prática, das dificuldades, dos anseios, dos problemas e das soluções encontradas pelas instituições educacionais no desenvolvimento desse projeto educacional. Assim decidi desenvolver o trabalho de final de curso mostrando a experiência do CEF 02 de Brasília na perspectiva de pais e professores. Os questionários também foram enviados à Direção e aos

alunos. Contudo, devido à defasagem entre o período letivo da UnB (que repunha aulas após a greve) e o calendário escolar da SEEDF, não houve respostas suficientes para uma análise significativa.

APRESENTAÇÃO

Tema recorrente nas políticas de educação brasileira, a Educação Integral retorna ao cenário brasileiro a partir de 2008. Em alguns momentos de nossa história educacional se fez presente com Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e atualmente retoma seu lugar na história com políticas municipais, estaduais e distrital amparada por legislação própria, e programas federais. Sua implantação acontece de formas diferentes por todo o Brasil e nas escolas públicas do Distrito Federal (DF) não é diferente.

Este trabalho apresenta as percepções de pais e professores sobre a implantação da Educação Integral no Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília – CEF 02 de Brasília, no período de 2011-2012. As informações apresentadas são resultado de pesquisas documentais, entrevistas e observações realizadas durante o segundo semestre de 2012, na referida escola.

Este trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira parte um breve histórico sobre a Educação Integral no Brasil a partir do início do século XX com as experiências de Anísio Teixeira na Bahia e Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), com as experiências dos Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIAC) e os Centros Integrados de Atenção à Criança (CAIC) dos governos Collor e Itamar Franco, com o Programa Mais Educação e os marcos legais que amparam a Educação Integral no Brasil.

Na segunda parte são apresentadas as diferentes propostas de reimplantação da Educação no Distrito Federal, no período 2008–2012 e sua regulamentação jurídica. As diretrizes pedagógicas propostas em 2009, a implantação do Programa Mais Educação e a proposta de Escolas Polos de Educação Integral são descritas nesse tópico.

A terceira parte é composta pelo relato das experiências de Educação Integral no CEF 02 de Brasília, onde são também apresentados e discutidos os resultados da pesquisa sobre a percepção de professores e pais sobre a implantação da Educação Integral no Centro de Ensino.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

1.1. Anísio Teixeira e a Educação Integral no Brasil

A preocupação com uma educação integral esteve presente nos ideais de Anísio Teixeira, que, porém, só conseguiu efetivar a implantação de um sistema público para a formação completa do educando, com jornada escolar em tempo integral na década de 50 em Salvador, na Bahia.

O século XX, no Brasil, foi marcado por diferentes grupos políticos defendendo a educação integral como uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais. Dentre esses grupos, os integralistas defendiam a educação integral que envolvia o Estado, a família e a religião, tendo como base a espiritualidade, o nacionalismo cívico e a disciplina. Já os liberais, como Anísio Teixeira, viam a educação integral como forma de reconstrução das bases sociais para o desenvolvimento democrático.

Em 1931, Anísio Teixeira assumiu o cargo de diretor da Instrução Pública do Distrito Federal. Em sua gestão, demonstrou o fracasso da escola pública brasileira com os dados levantados sobre a evasão escolar. Para o educador a finalidade restrita da escola elementar de preparar para a matrícula no ginásio e na faculdade e não de formar o indivíduo era a causa do alto índice de evasão escolar. Propõe a reorganização da Direção Geral da Instrução pública do DF permitindo a ampliação da educação escolar. Nessa reorganização o ensino de música, artes, desenho, artes industriais, educação física e saúde, recreação e jogos aparecem, superando a visão utilitária da educação escolar.

Defendendo a educação como papel do Estado com a cooperação de todas as instituições sociais, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932, que tinha em Anísio um dos seus mentores intelectuais, advogou a educação para todos, com o desenvolvimento máximo de suas aptidões, como pode ser observado na redação original:

Assentado o princípio do direito biológico de cada indivíduo à sua educação integral, cabe evidentemente ao Estado a organização dos meios de o tornar effectivo, por um plano geral de educação, de estrutura orgânica, que torne a escola accessível, em todos os seus grãos, aos cidadãos a quem a estrutura social do paiz mantém em condições de inferioridade econômica para obter o máximo de desenvolvimento de acordo com as suas aptidões vitaes .(AZEVEDO, 1932, p. 46).

Anísio pode em 1953 colocar em prática sua concepção de educação, em um dos bairros mais pobres de Salvador-BA, no Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Este complexo educacional tinha capacidade para quatro mil alunos de 7 a 15 anos, que permaneciam lá de 7:30h às 16:30h. Segundo relatório de Terezinha Éboli, citada em LIVIA BORGES (1994) tinha como estrutura básica: para quatro escolas-classe uma escola parque. Nas escolas-classe seria desenvolvido o “*ensino de letras e ciências*”, e nas escolas-parque “*atividades sociais e artísticas, atividades de trabalho e educação física*”. A criança passava um período do dia na escola-classe e outro na escola-parque, configurando atividades no contraturno.

De acordo com Eboli (1969, citada por BARROS, 2008, p. 44) as escolas-parque tinham papel fundamental na proposta de educação integral, com atividades desenvolvidas nos setores de trabalho, educação física e recreação, socializante, artístico, extensão cultural e biblioteca, e onde os alunos eram agrupados não apenas pela idade, mas também por suas preferências.

Na época da construção de Brasília, Anísio Teixeira foi convidado a desenvolver um sistema de ensino para a capital federal. Criado a partir das experiências anteriores, o Plano Educacional propôs a criação dos Centros de Educação Elementar, composto pelos Jardins de Infância, Escolas-Classe e Escola-Parque; Centros de Educação Média compostos pela Escola Secundária e pela Escola-Parque de Educação Média; e pela Universidade de Brasília, com Institutos e Faculdades. Nas Escolas-Parque da capital os alunos entre dez e catorze anos teriam atividades de iniciação ao trabalho e os alunos das demais faixas etárias atividades artísticas, sociais e recreativas. Tal qual na Bahia, os alunos deveriam frequentar as Escolas-Classe num período e no outro a Escola-Parque, mantendo-se o conceito de contraturno.

Porém, o próprio Anísio reconheceu que seu projeto, em Brasília, havia sido desfigurado devido o aumento do número de matrículas, que passou a ser prioridade do governo local, e consequente supressão do tempo integral. Aliado a isso houve uma valorização maior da área de humanidades e menor da iniciação para o trabalho causada pela clientela das escolas compostas por alunos de classe média alta. (GADOTTI, 2009, p. 24)

Devido ao golpe militar as propostas de Anísio para Educação Integral não tiveram continuidade e somente na década de 80 o projeto de educação integral retoma ao cenário brasileiro com os Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), no Rio de Janeiro.

1.2. Centro Integrado de Educação Pública – CIEP:

Concebido por Darcy Ribeiro, inspirado na experiência de Anísio Teixeira (COELHO, 2009), os CIEP foram criados para enfrentar os problemas educacionais brasileiros, principalmente a sua baixa qualidade nas escolas públicas. Faziam parte da política educacional do Rio de Janeiro, no governo Leonel Brizola; no período de 1983 a 1986 (primeira gestão) e de 1991 a 1994 (segunda gestão); política esta que tinha como prioridade a educação da população de baixa renda, como uma estratégia para a redução das desigualdades sociais.

A preocupação em buscar a participação efetiva dos pais e da comunidade na escola pode ser percebida com a abertura do espaço à comunidade levando a transformação das escolas de tempo integral em centros culturais e comunitários (DOLABELLA, 2012, p. 41)

Segundo proposta do Partido Democrático Trabalhista (PDT) em seu regimento interno no art. 3º - os CIEP:

...destinam-se a proporcionar aos educandos de 1º grau o acesso ao conhecimento crítico da linguagem escrita e falada, dos conceitos básicos das ciências matemáticas, da natureza e da sociedade, da linguagem artística e da cultura. O trabalho pedagógico-cultural prioriza os alunos das classes populares, sendo apoiado por assistência médico-odontológica.

Para efetivação desse objetivo, a proposta pedagógica inclui a não reprovação, sendo o aluno avaliado por objetivos. Caso os objetivos não fossem alcançados em um ano seriam trabalhados pelo professor no ano seguinte. Além disso, o governo propôs várias metas dentre as quais, segundo Borges (1994, p. 58), ampliação da jornada escolar, oferta de cursos de treinamento e aperfeiçoamento aos professores, garantia de no mínimo uma refeição completa a cada criança na escola pública, oferta de atendimento médico-odontológica, desenvolvimento de um programa de Educação Juvenil em horário noturno, para jovens de 15 a 20 anos.

Para este atendimento, cada CIEP era constituído de três blocos. No bloco principal, salas de aula, centro médico, cozinha, refeitório, áreas de apoio e recreação. No segundo bloco, o ginásio coberto para atividades esportivas e culturais. No terceiro bloco, a biblioteca e sobre ela a moradia para alunos residentes (crianças e jovens em situação de desamparo eventual), sendo seu horário de funcionamento de 8h às 22h (atendimento educacional de 8h às 17h e Educação Juvenil das 18h às 22h).

Semelhante à proposta educacional de Anísio Teixeira, os CIEP propunham oferecer atividades diferentes das atividades formais de educação escolar, e se diferenciava na forma

de apresentar estas atividades; mesclando-as nos dois turnos; e no espaço onde estas atividades seriam realizadas; e usando um mesmo espaço para a realização das atividades educativas. Dessa forma, acabava com a ideia de turno e contraturno e promovia maior integração entre as atividades promovendo o entendimento de que todas as atividades eram componentes curriculares importantes à formação do aluno (GADOTTI, 2008).

Tal proposta, contudo, não avançou da forma pretendida, notadamente por se tratar de um programa de governo e não de Estado que sofreu solução de continuidade, com o término da administração de Leonel Brizola. Outros problemas que impediram o desenvolvimento desse programa foram: o dispêndio de recursos, descontinuidade de alguns programas e a coexistência de dois sistemas paralelos de ensino.

No entanto, a experiência dos CIEP serve de inspiração para outro projeto de educação integral do Governo Federal, para todo o Brasil, na década de 90.

1.3. Os Centros Integrados de Atendimento à Criança – CIAC:

Com um quadro educacional de abandono escolar, reduzido tempo de permanência na escola, altas taxas de evasão e repetência escolar e baixo índice de conclusão do ensino de primeiro grau, de acordo com estudos do IPEA (1995, p. 6), o Governo Federal, como proposta de política social, propõe o Projeto Minha Gente.

Concebido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), inspirado na experiência dos CIEP, os Centros Integrados de Atendimento à Criança (CIAC), foram instituídos em 1991, como parte desse Projeto.

O Projeto Minha Gente, de abrangência nacional, tinha como objetivo ações integradas de educação, saúde, assistência e promoção social de crianças e adolescentes como forma de lhes assegurar melhores condições de vida, demonstrando sua preocupação mais assistencialista do que educacional.

De acordo com Sobrinho e Parente (1995) tinha como característica:

... atendimento social integrado em um mesmo local, atendimento em tempo integral, envolvimento comunitário, desenvolvimento de programas de proteção à criança e à família e a gestão descentralizada e como característica principal a implantação de unidades físicas – CIAC (p.6).

Funcionando como um espaço físico para o desenvolvimento do Projeto, os CIAC deveriam atender creche e pré-escola, ensino de primeiro grau, saúde e cuidados básicos, convivência comunitária e desportiva. O primeiro CIAC foi inaugurado em novembro de 1991, na Vila Paranoá – Região Administrativa do Distrito Federal (GADOTTI, 2009, p. 27). Com a saída de

Collor do governo, por meio de um *impeachment*, foi apresentada uma nova versão dos CIAC, pelo novo Presidente do Brasil, Itamar Franco.

1.4. Centros de Atenção Integral à Criança – CAIC

Dando continuidade ao Projeto Minha Gente o Ministério de Educação e Desporto criou o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - PRONAICA, cuja Unidade de Serviço passou a se chamar Centro de Atenção Integral à Criança – CAIC.

Partindo da teoria do fracasso escolar e da situação de abandono da infância e da adolescência, o PRONAICA surge com o objetivo de superar os problemas enfrentados pela população infantil carente (0 a 14 anos) garantindo-lhes seus direitos fundamentais e seu desenvolvimento integral para o exercício da cidadania. Para tanto deveria, segundo Sobrinho e Parente (1995, p. 8):

Coordenar o desenvolvimento de ações de atenção integral à criança e ao adolescente, de forma descentralizada, articulada e integrada, por meio de órgãos federais, estaduais e municipais, organizações não governamentais e com cooperação de organismos internacionais.

O Programa estava subdividido em subprogramas como: Proteção especial à Criança e à Família, Promoção da Saúde da Criança e do Adolescente, Educação Infantil (creche e pré-escola), Educação Escolar, Esportes, Cultura, Educação para o trabalho, Alimentação; tendo os subprogramas Suporte Tecnológico, Gestão e Mobilização perpassando todos os outros subprogramas (BRASIL, PRONAICA, 1994, p. 7).

A preocupação com a garantia da participação da comunidade e do uso de espaços já existentes para o suporte das suas ações pode ser visto no parágrafo único do segundo artigo da Lei 8642 de 31 de março de 1993:

Para dar suporte às ações (...) e de acordo com as necessidades sociais locais, serão adotados mecanismos e estratégias de integração de serviços e experiências locais já existentes; adaptação e melhoria de equipamentos sociais já existentes; construção de novas unidades de serviço (BRASIL, 1993)

Demonstra, dessa forma, a flexibilização dos locais de atendimento que podiam acontecer em espaço único ou em espaços distintos, desde que, assegurada a integração dos serviços. (BRASIL, PRONAICA, 1994, p. 9).

Segundo Stock (citado por BARROS, 2008, p. 53) o elevado custo e as discontinuidades políticas contribuíram para que muitos CAIC fossem abandonados e outros diminuíssem o tempo de atividades, funcionando como escolas de tempo parcial.

O CAIC do Paranoá no DF retrata esta realidade. Inaugurado em 1991 como CIAC, em 1998 o CAIC do Paranoá passou a funcionar sob o modelo de Escola Classe. Em 2011 contava com 43 turmas e com 1,2 mil crianças distribuídas nos turnos matutino e vespertino. Com o Programa Mais Educação, a partir de 2009, apenas 250 crianças tinham atendimento em horário integral, ficando na escola até às 17 horas. (SINPRO-DF, 2011).

Na primeira década de 2000, outras experiências regionais de educação integral surgiram no Brasil: o Projeto dos Ceus – Centro Educacional Unificado - em São Paulo (SP) a partir de 2002; o Programa de Educação Integral em Apucarana (PR), desde 2001; o Projeto Cidade Escola: escola de tempo integral em Porto Alegre (RS) , a partir de 2005; o programa Educação em tempo integral de Vitória (ES) iniciado em 2005; o Programa Bairro-Escola do município de Nova Iguaçu (RJ) que teve início em 2005; o Programa Escola Integrada de Belo Horizonte (MG) iniciado em 2006. Algumas dessas iniciativas foram decisivas para o Programa Mais Educação do Governo Federal (MOLL, 2012, p. 29).

1.5. Programa Mais Educação

Programa instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7083/10, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação como estratégia do governo federal para promover a Educação Integral e com ela a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas.

Tem como objetivos:

Art. 1º (,,) contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio da articulação de ações, de projetos e de programas do Governo Federal e suas contribuições às propostas, visões e práticas curriculares das redes públicas de ensino e das escolas, alterando o ambiente escolar e ampliando a oferta de saberes, métodos, processos e conteúdos educativos.

Parágrafo único. (...) implementado por meio do apoio à realização, em escolas e outros espaços sócio-culturais, de ações sócio-educativas no contraturno escolar, (...) para a melhoria do desempenho educacional, ao cultivo de relações entre professores, alunos e suas comunidades, à garantia da proteção social da assistência social e à formação para a cidadania, (...) (BRASIL, 2007).

Assim promove a união de políticas públicas educacionais e sociais com o propósito de diminuição das desigualdades educacionais e a valorização da diversidade cultural brasileira numa ação conjunta com os Ministérios da Educação, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Esporte, Ciência e Tecnologia, Meio Ambiente e, em 2010, com o Ministério da Defesa.

O Programa, ao conjugar os saberes comunitários, escolares e Programas do governo federal, tem como desafio superar a ideia de contraturno e atividades complementares, bem como saberes escolares e saberes comunitários. Para tanto, procura promover uma nova concepção de educação que engloba a formação mais completa e integrada, não fragmentada. À escola cabe a percepção da ampliação das necessidades formativas do sujeito, contemplando as dimensões afetiva, ética, estética, social, cultural, política e cognitiva.

O Programa Mais Educação começou atendendo prioritariamente escolas com baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)¹ inicialmente situadas em capitais e regiões metropolitanas. Em 2010, ampliou os critérios de adesão contemplando também escolas em zonas de vulnerabilidade social e nas cidades com mais de 90000 (noventa mil) habitantes. Em 2011, nova ampliação foi realizada incluindo cidades com populações iguais ou superiores a 18 844 (dezoito mil, oitocentos e quarenta e quatro) habitantes. Atualmente todos os municípios brasileiros estão incluídos no programa e o critério básico de sua expansão passou a ser escolas onde a maioria dos alunos faça parte de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família².

O Programa é coordenado pela Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC em parceria com as Secretarias estaduais e/ou Municipais de Educação e operacionalizado por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola do Fundo Nacional de Desenvolvimento da educação - PDDE/FNDE³.

As atividades oferecidas pelo Programa estão organizadas nos macrocampos: Acompanhamento Pedagógico, Meio Ambiente, Esporte e Lazer, Direitos Humanos, Cultura e Arte, Cultura Digital, Prevenção de doenças e agravos à saúde e Promoção à Saúde, Comunicação e uso de mídias, Iniciação à Investigação das Ciências e Educação Econômica. De acordo com seu projeto educativo, a escola escolhe 3 dos 10 macrocampos e até 6 atividades, a cada ano, sendo obrigatória a escolha de pelo menos uma atividade do macrocampo acompanhamento pedagógico.

Para o desenvolvimento dessas atividades o Programa prevê a ação voluntária⁴ de monitores que poderão ser estudantes universitários com formação específica para o desenvolvimento das atividades, pessoas da comunidade, estudantes da Educação de Jovens e

¹ IDEB foi criado pelo Inep em 2007 para conduzir as políticas públicas na busca da qualidade pela educação. O indicador é calculado a partir de dados sobre a aprovação escolar e de médias de desempenho nas avaliações do Inep.

² Programa Bolsa Família foi instituído pela Lei 10 836/04.

³ PDDE/FNDE – Programa Dinheiro Direto na Escola, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, operacionaliza o financiamento do Programa Mais educação desde 2008.

⁴ Lei 9608/98 – Dispõe sobre o serviço voluntário.

Adultos - EJA e do ensino médio com habilidades apropriadas, como por exemplo, mestre de capoeira, agricultor. Prevê, ainda, o professor comunitário, do quadro efetivo das Secretarias de Educação, com a função de coordenar o processo de articulação com a comunidade, seus agentes, os saberes, novos espaços, políticas públicas e o currículo escolar estabelecido. Aliados a esses novos atores, toda a comunidade escolar, professores, direção, assistentes administrativos, servidores são corresponsáveis pelas atividades desenvolvidas.

Como espaço de articulação das ações e experiências e de construção de planos de ação coletivos, foi proposta a organização de Comitês Regionais e Locais. Os Comitês Regionais constituídos por representantes de cada Secretaria (Estadual, Municipal ou Distrital), de coordenação do Programa, Universidades, Atores sociais e Institucionais tem como objetivo a articulação de ações do Governo Federal e outros programas de atendimento às crianças, adolescentes e jovens, além de serem responsáveis pela avaliação do Programa Mais Educação. Os Comitês Locais, constituídos por representantes de toda a comunidade escolar, são responsáveis pela formulação e acompanhamento do Plano de Ação Local de Educação Integral desempenhando o papel de instância permanente de debates acerca dos seus desafios e possibilidades (DOLABELLA, 2012, P.60).

O Programa prevê, para o período de 2012-2014, ultrapassar 32 mil escolas públicas, chegando às escolas do campo, com tendência a um crescimento ainda maior, uma vez que, a proposta do novo Plano Nacional de Educação - PNE prevê que em 2020 metade das escolas públicas brasileiras ofereçam Educação Integral aos seus alunos.

1.6. Amparo Legal à Educação Integral

A compreensão do direito à educação como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária está presente na legislação brasileira.

Embora a Constituição Federal de 1988 não faça referência literal a educação integral em tempo integral ao considerar a educação como direito social e capaz de conduzir ao pleno desenvolvimento da pessoa, responsabilizando também a família e a sociedade, o dever de garantir esse direito, induz à compreensão do direito à educação integral.

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à

educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reforça em seu artigo 53, o direito à educação da criança e do adolescente e o direito dos pais e responsáveis na participação dessa educação.

Art.53 – a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (...)
Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. (BRASIL, 1990)

Do mesmo modo, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9394/1996, em seu artigo primeiro reconhece que a educação é desenvolvida não só pela família e escola, mas também “no trabalho, nos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. Ao considerar princípio e fim “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (art. 2º), confirma a ideia do direito à educação integral. Prevê ainda a educação em tempo integral, pelo menos no ensino fundamental, conforme consta em seu Artigo 34:

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 10 172/01 avança para além da LDB ao propor a ampliação progressiva do tempo escolar, nos objetivos e metas, não apenas para o ensino fundamental, mas, também, para a educação infantil, com previsão de professores e funcionários em número suficiente. Também delimita o tempo mínimo de sete horas diárias como definidora da escola de tempo integral. Como objetivos e metas para o ensino fundamental prevê ainda: “no mínimo duas refeições, apoio às tarefas escolares, a prática de esportes e atividades artísticas” (BRASIL, 2001).

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Lei nº11494/07, no artigo décimo diferencia a distribuição de recursos proporcionais não apenas por nível, modalidade e etapa da educação básica, mas também pela educação em tempo integral (BRASIL, 2007).

Finalmente pode-se citar o Projeto de Lei nº 8035/10 que aprova o Plano Nacional de Educação para o período 2011-2020 (aguarda retorno na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados - MESA), que tem como uma de suas metas:

Oferecer educação em tempo integral em cinquenta por cento das escolas públicas de educação básica (BRASIL, 2010).

E nesse sentido, aumento progressivo da jornada escolar, com atividades de acompanhamento escolar e interdisciplinares, igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo; da institucionalização e manutenção do programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, em regime de colaboração, e de produção de material didático e formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; da promoção da articulação da escola com diferentes espaços educativos e equipamentos públicos.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NO DISTRITO FEDERAL NO PERÍODO 2008 A 2012

2.1. Histórico

O Projeto de Educação Integral no Distrito Federal mais recente teve início em 2007, com o governo anunciando a Educação como prioridade para o período 2007/2010. Sua principal meta era o desenvolvimento de uma educação de qualidade e para isso organizou, por meio da Secretaria de Estado de Educação, suas ações institucionais com os seguintes objetivos:

1) Promover a ampliação e a equidade na oferta das etapas e das modalidades da Educação Básica na rede pública de ensino, com vistas ao atendimento da demanda, à regularização do fluxo escolar e à ampliação da escolaridade da população do Distrito Federal; 2) Promover a melhoria da qualidade do ensino para a Educação Integral do educando, seu pleno desenvolvimento como pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, com a participação da família e a colaboração da sociedade; 3) Implantar a Gestão Compartilhada nas instituições educacionais públicas do Distrito Federal, com o objetivo de assegurar a execução das políticas públicas educacionais, com transparência dos mecanismos administrativos, financeiros e pedagógicos; 4) Valorizar e reestruturar as carreiras do magistério público e de assistência à educação; 5) Implementar e aperfeiçoar os mecanismos de gestão da Secretaria de Estado de Educação, quanto aos aspectos didático-pedagógicos, administrativos, de tratamento da informação, de infraestrutura de informática e comunicação para a base de dados da avaliação. (DISTRITO FEDERAL, 2009, p.6)

Para colaborar com a Secretaria de Estado de Educação - SEE na concretização desses objetivos, foi constituída a Secretaria Extraordinária de Educação Integral – SEEI, que iniciou a implantação da Educação Integral na rede pública de ensino em 2008. A referida Secretaria tinha como objetivo a implantação da Educação Integral que compreendesse a ampliação de tempos, espaços e oportunidades por meio de atividades que favorecessem a aprendizagem para a formação integral do educando (DISTRITO FEDERAL, 2009).

O apoio inicial das instituições educacionais à Educação Integral se deu por adesão da equipe gestora, porém, de acordo com Dolabella (2012), gestores e professores das Escolas-Parque de Brasília souberam das modificações no retorno de suas férias sendo o programa instituído sem nenhuma consulta prévia ou planejamento. A defasagem idade/série e/ou de

aprendizagem e a carência nutricional foram os critérios adotados na escolha dos alunos que participariam do programa.

A implantação da Educação Integral no DF se deu num contexto de democratização do ensino com gestão compartilhada⁵, implantada em outubro de 2007, baseada em critérios de provimento de cargo misto para os dirigentes educacionais. A gestão compartilhada visava a participação da comunidade escolar na gestão da escola pelo Conselho Escolar, de caráter deliberativo e com participação ativa na definição da aplicação dos recursos e no acompanhamento do Projeto Político Pedagógico da escola, procurava garantir mecanismos de descentralização administrativa.

A descentralização administrativa foi implementada em 2008 com o novo Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, cujo objetivo era dar autonomia às escolas para aquisição de materiais de consumo, materiais permanentes e pequenas reformas. O Decreto Nº 29 200, que dispõe sobre o PDAF propõe um repasse de verbas maior por aluno em regime de educação integral.

Paralelamente à implantação da Educação Integral no DF, em 2008, vinte e seis escolas (26) começaram a ser atendidas pelo Programa Mais Educação do MEC e dezenove (19) escolas de Ensino Fundamental já haviam sido selecionadas para atendimento em 2009. O Programa Mais educação foi implementado pelo Governo Federal por portaria interministerial, em 2007, e teve início efetivo em 2008.

2.2. Princípios da Educação Integral

De acordo com a Secretaria Extraordinária de Educação (DISTRITO FEDERAL, 2009), responsável pela implantação da política de educação integral, o planejamento, organização e execução das ações de Educação Integral devem ser orientados pelos princípios:

- **Integralidade:** entendida a partir da formação integral dos educandos, buscando dar atenção para todas as dimensões humanas, com equilíbrio entre os aspectos cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento. Pressupõe a ampliação progressiva de ações educativas para um período de pelo menos 8 (oito) horas diárias em 3 (três) dias da semana.

⁵ Gestão Compartilhada instituída pela Lei 4036/07.

- **Intersetorialidade:** assegurada pela disponibilização de projetos de caráter educacional, desenvolvidos pelas áreas de saúde, ação social, desenvolvimento da agricultura, meio ambiente, cultura, segurança e esporte, às instituições educacionais, bem como o Programa Mais Educação do MEC.
- **Transversalidade:** entendida como integração de conteúdos e temas transversais com adoção de metodologias de ensino que privilegiem a criatividade e reflexão.
- **Diálogo Escola e Comunidade:** transformação da escola num espaço comunitário, legitimando-se saberes comunitários como sendo do mundo e da vida, intensificando o diálogo da escola com a comunidade por meio do Conselho Escolar (instância fundamental).
- **Territorialização:** busca de parcerias locais com a comunidade, sociedade civil organizada e poder local, entendendo que a educação não se restringe ao ambiente escolar e que a cidade é um rico laboratório de aprendizagem.
- **Trabalho em Rede:** entendido como o atendimento educacional do aluno na rede pública de ensino, podendo participar de diversos espaços e projetos educacionais que fazem parte das políticas públicas do Governo do Distrito Federal.
- **Cultura da Paz:** buscando a convivência edificante e justa baseada no respeito a vida, na rejeição da violência, na generosidade, no ouvir para compreender, na preservação do meio ambiente, na solidariedade.

2.3 Currículo Integral e Integrado

A organização curricular prevista no Anexo da Portaria 01 de 2009 apresenta duas possibilidades de organização dos componentes curriculares. Ou base nacional comum em um turno e parte diversificada em outro turno, ou a parte diversificada e a base comum podem ser mescladas nos dois turnos, devendo nas duas formas favorecer a interdisciplinaridade bem como evitar a valoração prévia entre componentes curriculares (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Na parte diversificada os campos de conhecimento deverão ser de caráter prioritário e eletivo. São eles:

- a) Campos de conhecimento de caráter prioritário (não podem faltar na implantação e execução da Educação Integral):
 - Acompanhamento Pedagógico: Matemática e Letramento para o Ensino Fundamental e Matemática e Língua Portuguesa para o Ensino Médio.

- Esporte e Recreação
 - Cultura e Artes
- b) Campos de conhecimento de caráter eletivo:
- Educação Ambiental
 - Educomunicação
 - Prevenção e Promoção da Saúde
 - Inclusão Digital.

Cada campo de conhecimento deve ser proposto e escolhido de acordo com as demandas dos alunos e com as diversas realidades locais das escolas, podendo o aluno escolher até três atividades da parte diversificada.

2.4. Atores da Educação Integral

Considerando a valorização de diversos saberes e a necessidade de corresponsabilidade na realização das atividades com a participação de novos sujeitos na educação, são sugeridos, pela SEEI (DISTRITO FEDERAL, 2009), novos atores na educação:

- a) **Coordenador Pedagógico:** responsável por acompanhar as atividades educativas, coordenar a equipe de monitores, articular o diálogo escola e comunidade, buscar parceiros para o desenvolvimento das atividades, planejar junto com o corpo docente e a direção as atividades.
- b) **Monitores:** estudantes universitários, parceiros dos professores, para execução das atividades da Educação Integral, relacionando as atividades com o conteúdo ministrado pelo professor em sala de aula.
- c) **Agentes Comunitários:** são atores sociais (agentes culturais, mestres-girôs, bonequeiros, mestre de capoeira, entre outros), que podem qualificar, com suas histórias de vida e habilidades específicas, a educação.
- d) **Parceiros:** pessoas físicas e/ou jurídicas que contribuam, de forma institucional, para a viabilização da educação Integral (ONGs, associações de moradores, igrejas, templos, clubes, comerciantes locais, pais, entre outros).
- e) **Direção:** exerce papel essencial na gestão da educação Integral, estimulando acordos locais e parcerias, executando propostas do Governo do Distrito Federal, responsável pela discussão, planejamento e elaboração do projeto pedagógico,

promovendo o diálogo escola/comunidade e mobilizando os professores num projeto comum e articulado.

- f) **Professor:** cria e planeja projetos de caráter interdisciplinar e comunitário, é quem articula a educação integral com sua práxis pedagógica aproximando conteúdos e saberes. Responsável pelo acompanhamento dos diversos atores na realização das atividades.

2.5. Projeto piloto de educação integral em tempo integral

Em 2012 a Coordenação de Educação Integral convocou uma reunião com as escolas de Educação Integral para apresentar o novo Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral. Vale a pena ressaltar que o documento com a proposta final só foi entregue às escolas em janeiro de 2013. Nesta nova proposta a Escola Integral é entendida como “*uma instituição educacional que associa a oferta de Educação Integral ao tempo integral de permanência do estudante na escola*” (DISTRITO FEDERAL, 2013). Do ponto de vista da gestão, a Educação Integral deixou o status de Secretaria Especial, para o de Subsecretaria da secretaria de Estado de Educação.

Com a pretensão de oferecer uma educação por inteiro em um turno integral associando quantidade e qualidade educacionais de maneira que os estudantes tivessem oportunidades de desenvolver os requisitos necessários para uma vida plena com participação ativa na sociedade, foi criado o Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral – PROEITI. As escolas integrantes do PROEITI começaram a atender aos alunos todos os dias da semana, num turno único com duração de 10 (dez) horas diárias. Participaram da implantação do PROEITI as seguintes escolas: CAIC Prof. Benedito Carlos, E. C. Bucanhão, CEF 20 de Ceilândia, E. C. 15 de Ceilândia, CED 01 Candangolândia, CEF Vargem Bonita, E. C. Ipê, CEF Arapoanga, E. C. ETA 44, CEF 02 de Brasília, E. C. 209 Sul, E. C. 413 Sul, E. C. 08 do Cruzeiro, E. C. 407 Norte, E. C. 05 do Cruzeiro, E. C. Porto Rico, E. C. 19 de Taguatinga, E. C. 49 de Taguatinga e a E. C. das Corujas.

De acordo com o projeto são sujeitos da Educação Integral (DISTRITO FEDERAL, 2013):

- **Estudante:** sujeito plural, único e coletivo, individualizado e multiplicado pelas redes sociais.

- **Equipe Gestora:** responsável pelo gerenciamento dos recursos financeiros e humanos, e pela articulação do trabalho pedagógico a ser desenvolvido.
- **Professores:** responsável pelos trabalhos referentes a Base Nacional do Currículo e das atividades complementares. Os trabalhos das atividades complementares passam a ser supervisionados e executados pelo professor.
- **Coordenador Pedagógico:** responsável pela articulação entre professores, equipe gestora e comunidade escolar e pela articulação do espaço/tempo de coordenação pedagógica.
- **Coordenação de Educação Integral:** responsável pela articulação do trabalho entre professores de turnos diferentes de modo que seus trabalhos complementem-se. Profissional que operacionaliza a integração entre os diversos saberes nos diversos espaços.
- **Comunidade Escolar:** deve dialogar com a escola, trocar experiências, construir saberes interagindo com a escola e auxiliando-a na superação dos desafios.
- **Outros profissionais de apoio:** os monitores voluntários e o bolsista universitário que auxiliarão no trabalho pedagógico desenvolvido pelo professor.

Neste projeto surgem novos sujeitos (que na Portaria nº 01 eram identificados como atores) envolvidos com a educação Integral: o Coordenador de Educação Integral; os professores de artes na Educação Infantil e Ensino Fundamental; os funcionários da cozinha e os auxiliares de educação (nos horários de refeição) e os profissionais da carreira assistência⁶. Deixam de ser citados os “Parceiros” e os “Agentes Sociais”. Há que se considerar, também, que a definição de estudante não é objetiva, impossibilitando a identificação deste sujeito.

O atendimento aos alunos será em tempo contínuo, sem fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se nesse período o tempo destinado a alimentação, a higienização, a passeios e às demais atividades pedagógicas. Durante o dia letivo o estudante receberá de 4 a 5 refeições diárias (de acordo com parecer da Coordenação de Alimentação Escolar). O Projeto Piloto ressalta a importância da adequação de espaço específico para alimentação escolar, pois, *“a sala de aula não é o espaço mais adequado para isso”* (DISTRITO FEDERAL, 2012, p. 7).

As atividades diárias são de responsabilidade do professor. Podem e devem acontecer dentro de sala de aula, em outros espaços intramuros ou fora da escola. Há previsão de

⁶ Lei nº 83 de 29 de dezembro de 1989 cria a carreira de Assistência à Educação no DF.

transporte para locomoção dos estudantes para realização das atividades externas, que devem ser no mínimo duas. Destaque é dado para atividades esportivas, que devem ser realizadas em Vilas Olímpicas, Centro Integrado de Educação Física – CIEF e no Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação - DEFER.

O projeto sugere que a composição das turmas de tempo integral seja feita observando o nível de aproveitamento para atividade proposta e/ou a faixa etária. Contudo, não explica o que deve ser considerado como nível de aproveitamento. A novidade do atendimento se dá com a implantação de aulas de artes na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sendo disponibilizado um professor desta disciplina para cada 10 turmas, com atendimento voltado às expressões corporais, à música e à prática lúdico-artística.

Para o ano de 2013 foi sugerido, para promover a adaptação dos sujeitos envolvidos, a ampliação gradativa do tempo de permanência do estudante na escola, durante o primeiro mês letivo. Outra novidade, de caráter administrativo, é o registro de todas as atividades pedagógicas em diário de classe específico, para a confirmação da presença dos alunos, dos profissionais habilitados e das práticas pedagógicas desenvolvidas Registro este que passa a ser obrigatório.

Na Educação Infantil as dez horas de atendimento serão distribuídas entre momentos de atividade pedagógica (três momentos com duração de uma hora e meia cada momento), de refeição (aproximadamente duas horas e meia), higienização e descanso/sono (aproximadamente duas horas). O atendimento a cada turma se dará com dois professores de 40 horas semanais (com 5 horas diárias de responsabilidade para cada um), um profissional de apoio para cada três turmas e profissionais da carreira assistência. Nesse caso, há que se considerar que os profissionais da carreira de assistência não aparecem no documento como “sujeitos” da escola integral.

No Ensino Fundamental, dá-se destaque na integração dos componentes curriculares da Base Nacional comum com a parte diversificada. Esta deve, obrigatoriamente, conter o campo “acompanhamento pedagógico” com pelo menos duas atividades matemática e língua portuguesa. Este acompanhamento pedagógico deve ser feito com a utilização de novas estratégias de atendimento permitindo ao aluno mais oportunidades de aprendizagem.

As dez horas diárias, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, serão divididas em dois períodos separados pelo horário destinado ao almoço e higienização (12:30h às 13:30h). O primeiro período, de 7:30h às 12:30h, será destinado às atividades pedagógicas, sob a

responsabilidade do 1º docente e o segundo período, 13:30h às 17:30h, também destinado às atividades pedagógicas, sob responsabilidade do 2º docente. Em todos os períodos está previsto um intervalo de 15 minutos e momentos para refeição (antes do início das atividades, período mediano do turno e ao final da aula).

Já nos anos finais do Ensino Fundamental, a sugestão dada pelo documento é de que a rotina diária seja composta por 10 (dez) aulas de 50 cinquenta minutos, incluindo neste período aulas da Base Comum Nacional, parte diversificada, almoço e descanso. A parte diversificada do currículo deve ser de livre escolha da escola e entremeada no tempo, durante o dia, com o objetivo de favorecer a interdisciplinaridade e evitar a valorização prévia de componentes curriculares. Para o Ensino Médio, não há orientações levando a dedução de que o PROEITI não contempla esta etapa da Educação Básica (DISTRITO FEDERAL, S/D)

2.6. Atendimento Educação Integral no DF

Predominaram no atendimento da Educação Integral no período 2008-2012, as diferenças. Diferentes formas de atendimento, diferentes tempos de atendimento e diferentes espaços de atendimento. Escolas atendidas pelo Programa Mais Educação e escolas sem este atendimento. Atendimento a escolas rurais e urbanas, de Ensino Fundamental e de Ensino Médio. Em comum, houve o atendimento das atividades diversificadas no contraturno.

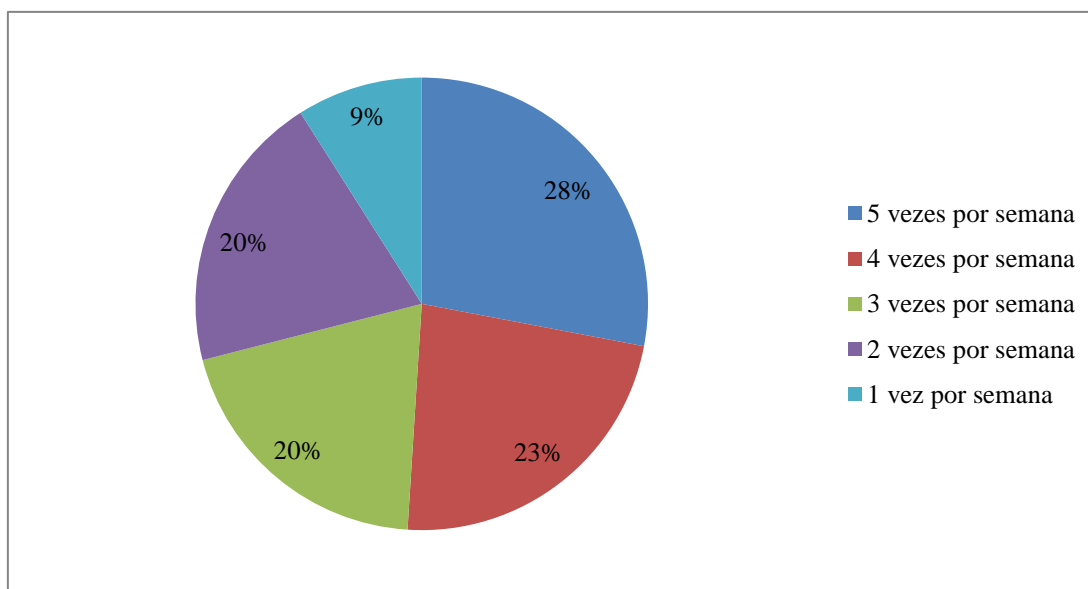
Com uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais, dividida em 30 (trinta) horas de regência e 10 (dez) horas de coordenação, ou 20 horas semanais com 15 horas de regência e 5 horas de coordenação, os professores da rede pública tinham sob sua responsabilidade os conteúdos da Base Nacional Comum, ficando a parte diversificada (oficinas) sob a responsabilidade dos bolsistas universitários. Bolsistas, que em sua maioria, tinham qualificação em áreas diferentes das oficinas ofertadas. Em algumas escolas havia a parceria com a Universidade de Brasília - UnB, para o atendimento aos alunos no contraturno. Mas, na maior parte dos casos, participaram alunos de Universidades privadas, porque a norma de concessão de bolsas previu exclusivamente para alunos de instituições privadas.

As atividades desenvolvidas contemplavam artes, esportes, acompanhamento pedagógico e meio ambiente. Dentre os espaços utilizados encontram-se as Escolas-Parque, o

Centro Interescolar de Línguas, os Sítios particulares (PEREIRA, 2011), o Centro de Referência de Educação Integral e a própria escola.

Segundo Dolabella (2012) a oferta semanal de atendimento aos alunos em tempo integral, variava de 1 a 5 dias por semana, como mostra o gráfico abaixo. Pode-se observar que a maior parte das escolas ofertava atendimento em mais de 3 dias por semana, o que atende ao princípio da integralidade proposta no anexo da Portaria nº 01.

Figura 01: Percentual de frequência de oferta semanal por escola



Fonte: Dolabella, 2012, p. 74

Apesar das diferentes informações sobre o quantitativo de escolas de educação integral, escolas participantes do Programa Mais Educação e do número de alunos atendidos, nos relatórios e pronunciamentos, com o auxílio de Relatórios da SEE e Tabelas fornecidas pela Coordenação da Educação Integral foi possível elaborar a Tabela 01 a respeito do atendimento da Educação Integral no DF no período estudado.

Tabela 01: Educação Integral no DF, no período 2008-2012

Ano	Total de Escolas da SEE – DF*	Escolas com Educação Integral	Escolas do Programa Mais Educação	Número de alunos atendidos
2008	620	140	26	24 000
2009	622	200	45	50 000
2010	640	293	154	43 289
2011	645	261	134	32 573
2012	645	266	143	30 362

Fontes: Dolabella e SEEDF, com dados tabulados pelo autor

(*) inclui escolas de educação infantil, de educação básica, CIL e Escolas-parque.

Há previsão para 2013 do funcionamento de 238 escolas com Educação Integral. Dessas, 23 Escolas Integrais em Tempo Integral (com jornada de 10 horas diárias) atendendo aproximadamente 7(sete) mil alunos do Ensino Fundamental e da Educação Infantil.

2.7. Amparo Legal

A Lei Orgânica do Distrito Federal ao reconhecer que a “educação deve compreender áreas cognitiva, afetivo-social, e físico-motora” (Art. 233), sendo asseguradas atividades e manifestações culturais integradas (art.226), legitima a Educação Integral expressando em seu artigo 221:

Art. 221. A Educação, direito de todos, dever do Estado e da família, nos termos da Constituição Federal, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, fundada nos ideais democráticos de liberdade, igualdade, respeito aos direitos humanos e valorização da vida, e terá por fim a formação integral da pessoa humana, sua preparação para o exercício consciente da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

§ 3º O Poder Público gradativamente implantará o atendimento em turno de, no mínimo, seis horas diárias, aos alunos da rede oficial de ensino fundamental. (DISTRITO FEDERAL, 1993)

Em 2007, o então governador, José Roberto Arruda, considerando a legislação brasileira sobre Educação Integral e a necessidade da implantação da política da Educação Integral na rede pública de ensino, criou, por meio do Decreto nº 28503 de 04 de dezembro de 2007, a Secretaria de Estado Extraordinária para Educação Integral do Distrito Federal. A referida Secretaria, de caráter provisório, deveria “estabelecer os mecanismos necessários a articulação estado, família e sociedade visando a implantação da política de educação integral” (DISTRITO FEDERAL, 2007).

Apoiando a política pública de Educação Integral e considerando a Política de Gestão Compartilhada, a Secretaria de Estado de Educação, por meio da Portaria nº 74 de 29 de janeiro de 2009 (DISTRITO FEDERAL, 2009), possibilitou a designação de um coordenador de Educação Integral às escolas, que ofertassem esse tipo de educação a pelo menos 50% dos alunos. Um ano depois, por meio da Portaria nº 04 de 21 de janeiro de 2010 (DISTRITO FEDERAL, 2010), a Secretaria de Educação disponibilizou um coordenador pedagógico para

todas as escolas de Educação Integral, independentemente do número de alunos atendidos. Essa disponibilidade foi observada também na Portaria nº 06 de 03 de fevereiro de 2011(DISTRITO FEDERAL, 2011) e na Portaria nº 27 de 06 de fevereiro de 2012 (DISTRITO FEDERAL, 2012).

No intuito de suprir a carência de pessoal para o atendimento da Educação Integral em tempo integral, em 2009, a Secretaria de Estado Extraordinária de Educação Integral em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – Fundação de Apoio à Pesquisa (FAPDF) acordam o Regime de Monitoria do Programa Bolsa Universitária, por meio da Portaria Conjunta nº 03 de 14 de maio de 2009. Tal Regime se baseava na oferta, pelo Governo do Distrito Federal, de bolsa integral de estudos a alunos universitários de qualquer curso de graduação que, em contrapartida, deveriam, com uma jornada de vinte horas semanais, promover atividades pedagógicas diversificadas nas escolas de Educação Integral (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Com o objetivo de implantar uma Educação Integral que compreendesse a ampliação de tempos, espaços e oportunidades educacionais, por meio da realização de atividades que favorecessem a aprendizagem, e o desenvolvimento de competências inerentes ao desenvolvimento da cidadania, o Secretário de Estado Extraordinário de Educação Integral estabeleceu diretrizes para essa Educação por meio da Portaria nº 1 de 27 de novembro de 2009 (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Após mudanças no Governo do Distrito Federal, foi extinta Secretaria de Estado Extraordinária de Educação Integral e criada na Secretaria de Estado da Educação a Subsecretaria para Educação Integral pelo Decreto nº 31 613 de 23 de abril de 2010 (DISTRITO FEDERAL, 2010).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A experiência do Centro de Ensino Fundamental 02 de Brasília

O Centro de Ensino Fundamental 2 de Brasília (CEF 02 de Brasília), escola pública do Distrito Federal, situa-se na SQS 107, AE, em Brasília. Inaugurado em 16 de março de 1961, funcionou como Escola Classe 107 Sul até o ano de 1991. Em 1992, funcionou como Anexo do Colégio Polivalente, sendo transformado em Centro de Ensino pela Portaria nº 61 de 29 de junho de 1994. Em 2011, atendendo apenas alunos do 6º e 7º ano do ensino fundamental, iniciou o Projeto de Educação Integral do Distrito Federal e em 2012 foi convidado para participar do Projeto Polo de Educação Integral como Escola Integral em Tempo Integral. A fachada da escola é apresentada na Figura 2.

Figura 2 - Fachada do CEF 02 de Brasília



Fonte: <http://cefundamental2.blogspot.com.br/>

O CEF 02 de Brasília apresenta uma estrutura física pequena. Possui oito salas de aula, uma sala reservada para o atendimento de alunos com TDAH (o atendimento ainda não está acontecendo) e orientação educacional, cantina e depósito de mantimentos, sala de coordenação dos professores, sala da direção, sala de apoio, secretaria, biblioteca (aberta para empréstimos de livros e durante o horário de almoço como sala de leitura), laboratório de

informática (utilizado em 2012 pelo voluntário na Oficina de Informática), sala de mecanografia e cinco banheiros (2 na parte administrativa e 3 para os alunos). Nos fundos da escola há um espaço usado para as aulas de Educação Física e Recreação, um pátio na entrada e outro interno que é usado durante os horários de intervalo e almoço.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da escola em 2007 e 2009 é superior ao índice do Distrito Federal e do Brasil, como pode ser observado na Tabela 02 abaixo:

Tabela 02 - Comparação entre o IDEB do CEF 02, de Brasília, DF e Brasil

ANO	CEF 02 de Brasília (IDEB observado)	Distrito Federal (IDEB observado)	Brasil (IDEB observado)
2007	4,5	3,5	3,5
2009	4,4	3,9	3,7
2011	-	3,9	3,9

Fonte: Inep (adaptado)

Apesar do IDEB de 2009 da instituição ter sofrido uma pequena queda em relação ao IDEB de 2007 está acima do índice do Distrito Federal e do Brasil. Em 2011 não há índice, pois, a referida instituição ficou sem média na Prova Brasil. Suas médias de proficiência em Língua Portuguesa e em Matemática, nos anos 2007 e 2009, também estão acima das médias do DF e do país, como pode ser visto na Tabela 3, a seguir:

Tabela 03 – Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática

	Língua Portuguesa			Matemática		
Ano	CEF 02 de Brasília	Distrito Federal	Brasil	CEF 02 de Brasília	Distrito Federal	Brasil
2007	264,94	238,00	228,93	283,05	252,2	240,56
2009	254,28	242,87	239,74	270,85	249,36	242,87
2011	-	243,2	236,9	-	251,7	243,2

Fonte: : Inep (adaptado)

3.1.1 Pessoas envolvidas com a Educação Integral

No período 2011-2012 os sujeitos envolvidos na educação integral foram os previstos nas Diretrizes Pedagógicas para Educação Integral (DISTRITO FEDERAL, 2009). Três coordenadores, sendo um coordenador local e um coordenador do integral e um coordenador do Programa Mais Educação do MEC, trabalhavam de forma integrada e eram responsáveis pelas atividades pedagógicas do turno matutino e vespertino, (incluindo orientação aos professores, bolsistas e voluntários) sobre as atividades a serem desenvolvidas, festas escolares, reuniões de pais, acompanhamento pedagógico e disciplinar dos alunos.

Os professores, responsáveis pelo desenvolvimento das atividades pedagógicas, entregavam o planejamento bimestral no início de cada bimestre, sendo as oficinas trabalhadas como projetos. A recuperação dos conteúdos era dada durante as aulas regulares no turno matutino, pois não havia outro horário para essa prática. A avaliação, utilizando diversos instrumentos, era feita ao longo do ano.

Os responsáveis pelas oficinas, que aconteciam das 13:15h às 16:00h nas 3ª e 5ª feiras, eram os próprios professores da escola, que faziam horário diferenciado do previsto pela jornada ampliada⁷, voluntários e bolsistas universitários. Durante os dois anos houve diminuição do número de bolsistas que em 2011 eram 5 (cinco) passando a escola, em 2012, a ter apenas 1 (um) bolsista auxiliando nas atividades.

A participação dos pais nas atividades educativas era mínima, alguns apenas participavam das reuniões de pais ou compareciam à escola quando convocados. Outros apenas deixavam os filhos na escola pela manhã e os buscavam no final da tarde. Alguns pais sempre buscavam seus filhos mais cedo, alegando terem que “chegar em casa mais cedo”, prejudicando o desenvolvimento das atividades.

⁷ Jornada ampliada é a jornada de trabalho do professor 40(quarenta) horas, que tem 30(trinta) horas de regência em um turno e 10(dez) horas de coordenação, em turno contrário, na SEEDF.

3.1.2 Do atendimento

O horário de funcionamento da escola, no biênio 2011-2012, era das 7:30h às 12:30h nas 2ª, 4ª e 6ª feiras, e 7:30h às 16:00h nas 3ª e 5ª feiras. Sua clientela era composta basicamente por alunos das cidades satélites e do entorno de Brasília, cujos responsáveis trabalhavam próximos à escola. Em 2011 estavam matriculados 228 alunos e em 2012 estudavam na escola 226 alunos.

A Base Nacional Comum era ofertada no período da manhã e as oficinas no período da tarde. Buscando novos espaços educativos e novas oportunidades de aprendizagem, saídas para cinema, teatro e museus fizeram parte das atividades desenvolvidas na escola nesse período, juntamente com a Festa Junina e os Jogos Interclasses que fizeram parte do calendário de atividades da escola. Durante o horário do almoço os alunos utilizavam a biblioteca para leitura, jogavam ping-pong, brincavam com corda ou simplesmente conversavam com os colegas.

Aos alunos eram oferecidas três refeições diárias, um lanche pela manhã, almoço e lanche à tarde, sendo o cardápio orientado por nutricionista da Secretaria de Educação. Os lanches eram servidos na cantina e o almoço, por não haver refeitório, em sala sob a supervisão de um professor. No ano de 2012, o Centro de Ensino adquiriu um balcão “self-service”, o que permitiu aos alunos se servirem no almoço, diminuindo assim o desperdício de comida. Na Figura 3 pode-se observar um momento em que era servido o almoço.

Figura 3 - Almoço no CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

As oficinas ofertadas eram: Roda de Leitura, Sons e Movimentos, Xadrez Escolar, Origami, Meio Ambiente e Reciclagem, Jogos, Tênis de Mesa, Recreação, Ginástica Artística, Construção de maquetes, Informática, Capoeira e Violão. O projeto de Acompanhamento Pedagógico, obrigatório a todos os alunos, era feito sob a supervisão de quatro professores e duas coordenadoras.

Além das oficinas disponibilizadas na escola, os alunos eram atendidos no Centro Interescolar de Línguas 1 de Brasília - CIL⁸, nas 2ª e 4ª feiras no período da tarde, onde cursavam Inglês, Espanhol ou Francês.

Os bolsistas universitários atuavam na escola como equipe de apoio, auxiliando os professores e a direção da escola. As inscrições, para as oficinas, foram feitas de acordo com os interesses dos alunos dentro do número de vagas. Cada aluno foi inscrito em até quatro oficinas por semestre, podendo trocar de oficina de um semestre para outro.

A escola foi inscrita no Programa Mais Educação no final de 2011 e cadastrada no início de 2012, recebendo a verba do Programa no final do ano. As atividades cadastradas no programa foram: Acompanhamento Pedagógico com Letramento e Matemática; Esporte e Lazer com Recreação/Lazer e Tênis de Mesa; Cultura e Artes com Capoeira e Pintura. Estas atividades estavam previstas para ter início em 2013, para não atrapalhar o desenvolvimento das atividades já desenvolvidas na escola.

3.1.3 Das oficinas

Durante o período 2011-2012 as oficinas sofreram modificações para atender aos anseios dos alunos, professores, pais e direção, bem como para adequar as atividades às habilidades/conhecimentos dos responsáveis envolvidos. No Quadro 1, a seguir é descrita as oficinas, os responsáveis e os espaços utilizados.

⁸ CIL integra a estrutura da SEEDF

Quadro 1 – Oficinas ofertadas, responsáveis e espaços utilizados

Responsável	Oficinas	Espaço Utilizado	Ano de realização
Professor de Língua Portuguesa	Roda de Leitura	Sala de aula	2011 - 2012
Professor de Matemática	Xadrez Escolar Roda de Leitura Música e expressão corporal Jogos Construção de maquetes	Sala de aula	2011 (1º semestre) - 2012 2011(1º semestre) 2011(2º semestre) 2011(2º semestre) – 2012 2011
Professores de Artes	Origami	Sala de aula	2011
Professor de Geografia	Meio Ambiente e Reciclagem	Sala de aula	2011-2012
Professores de História	Origami Jogos	Sala de aula	2011 2011(2º semestre) – 2012
Professor de Educação Física	Ginástica Artística Tênis de Mesa Recreação	Pátio interno Espaço nos fundos da escola	2011 2012(2º semestre) 2012(1º semestre)
Mestre de Capoeira	Capoeira	Espaço na frente da escola e gramado	2011-2012
Voluntário	Informática	Laboratório de Informática	2012
Coordenador	Violão	Sala de aula	2012(2º semestre)

Fonte: CEF 02 de Brasília, 2012

O Acompanhamento Pedagógico era supervisionado por professores e coordenadores, sendo realizado no primeiro horário da tarde para todas as turmas. Os alunos eram orientados na realização de atividades escolares pendentes: deveres não concluídos durante as aulas e trabalhos de pesquisa. As oficinas que permaneceram no ano de 2012, são descritas a seguir.

Roda de Leitura

Com o objetivo de desenvolver a habilidade de leitura e de interpretação, esta oficina disponibilizou diversos títulos para que os alunos pudessem escolher aqueles que lhe interessassem. Após leitura silenciosa e ao final do período de leitura era feita a discussão sobre o livro. Num segundo momento, em roda, como pode ser observado na Figura 4, os alunos deveriam ler o mesmo livro e interpretá-lo sob a supervisão do professor. Como

atividade de encerramento do ano os alunos apresentaram propaganda do livro, galeria dos personagens em cartolina e declamaram poesias escritas por eles mesmos.

Figura 4- Roda de leitura no CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Xadrez Escolar

O Xadrez foi proposto com o objetivo de se trabalhar a concentração dos alunos e o desenvolvimento do raciocínio lógico. As orientações sobre o jogo de xadrez foram feitas por meio de vídeos e explicações do professor que utilizou material fornecido pela Secretaria de Esportes: Jogo completo com tabuleiro e manual. Os alunos participaram das aulas em duplas, com momentos livres de jogo e momentos de resoluções de problemas sugeridos pelo professor. Competições entre os alunos da mesma turma foram recursos utilizados pelo professor como forma de incentivar a participação dos alunos. Nos jogos interclasses foi feito um torneio, onde todos os alunos puderam participar. A Figura 5 mostra um momento da aula de xadrez e a Figura 6 mostra o torneio de xadrez realizado pela escola.

Figura 5 – Aula de Xadrez Escolar



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Figura 6 – Torneio de Xadrez



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Meio Ambiente e reciclagem

Ao perceber a necessidade de desenvolver o senso crítico e reflexivo dos alunos a respeito de questões ambientais, foram trabalhados vídeos, desenhos, jornais, revistas que abordavam a temática, utilizando discussões e debates entre os alunos. Durante o ano os alunos utilizaram materiais recicláveis para a confecção de objetos e participaram do Projeto Trilha da Sustentabilidade no Espaço Israel Pinheiro. A Figura 7 mostra alguns trabalhos realizados nesta oficina e apresentados na última etapa do Projeto Trilha da Sustentabilidade.

Figura 7 – Apresentação dos trabalhos no Espaço Israel Pinheiro



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Jogos

Com o objetivo de trabalhar a participação em grupo, a socialização e a resolução de conflitos sem uso da violência foi sugerida a oficina de jogos. Os alunos tinham à sua disposição diferentes jogos: jogos de tabuleiro, jogo da memória e jogos de carta (UNO). Eles eram responsáveis pela escolha de seus colegas e formação de equipe de jogo, da leitura das regras dos jogos e pelo cuidado com o seu cumprimento. Deveriam desenvolver estratégias próprias para alcançarem a vitória e resolver os conflitos que surgissem. Deveriam também organizar os jogos e guarda-los ao final de cada partida. Na Figura 8 podemos observar alunos jogando Dominó e o Jogo de Dama.

Figura 8 – Oficina de jogos no CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Recreação

Foram trabalhadas brincadeiras de rua: corda, bambolê, peteca, bola de gude, queimada e ping-pong. A Figura 9 mostra a brincadeira de ping-pong numa mesa improvisada no pátio interno da escola.

Figura 9 – Ping-Pong no CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Capoeira

Os alunos tinham aulas teóricas e práticas sobre a Capoeira, participando de rodas de capoeira e da construção de berimbau, orientados pelo Mestre de Capoeira Baleado. No encerramento do ano letivo houve a troca de cordão e a apresentação da roda de capoeira por um grupo de capoeiristas junto com os alunos. Na Figura 10 pode ser vista a aula de Capoeira no gramado em frente à escola.

Figura 10 – Aula de capoeira, CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Informática

Com o objetivo de introduzir os alunos no mundo digital, utilizando o computador como ferramenta nos estudos, os alunos tiveram curso sobre Windows 7: Word 2007, Excel 2007, Power Point 2007. A Figura 11 ilustra o momento em que o professor orientava seus alunos no Laboratório de Informática.

Figura 11 - Aula de informática, CEF 02 de Brasília



Fonte: NETTO, Miriam. Arquivo pessoal, 2012

Violão

Grupos de vinte (20) alunos, distribuídos em 4 turmas começaram a ter aulas de violão por cifras e tiveram orientação de como afinar seu instrumento musical. Na festa de encerramento do ano letivo, os alunos fizeram uma breve apresentação.

3.2. Percepção dos pais e professores sobre Educação Integral

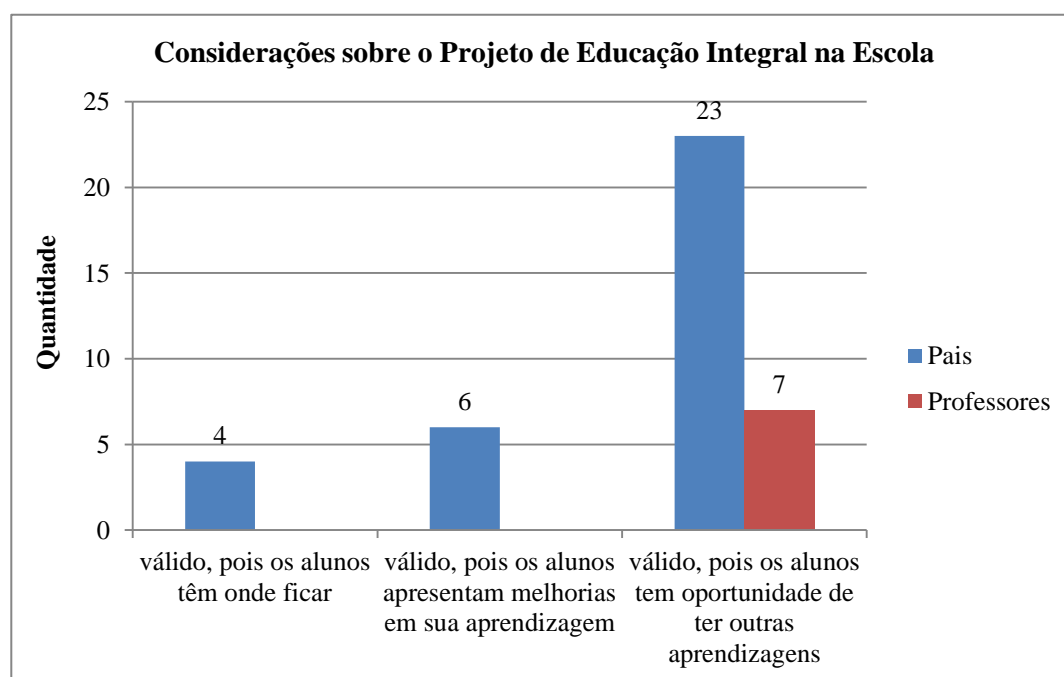
Com o objetivo de conhecer a opinião dos pais e professores do CEF 02 de Brasília sobre Projeto de Educação Integral desenvolvido na referida instituição educacional, foi feito um questionário no final do ano de 2012. O questionário foi enviado, pelos alunos, para cinquenta (50) pais e entregues a onze (11) professores. Trinta e oito pais (38) e sete (7) professores responderam ao questionário.

No questionário, entregue aos professores e pais, havia questões sobre a importância do projeto para os alunos; a participação da comunidade escolar; a responsabilidade pelas oficinas do Projeto; a participação dos alunos; a avaliação do espaço físico; o tempo e o

material disponível; a avaliação das oficinas ofertadas; sugestões de oficinas que deveriam ser ofertadas e questões sobre os pontos negativos e positivos do projeto na escola.

Das respostas obtidas pode-se perceber que mais de 80% dos professores e dos pais reconhecem o Projeto desenvolvido na escola como válido por oportunizar aos alunos nova e melhor aprendizagem ou por permitir que os alunos fiquem em um lugar seguro, como mostra o gráfico abaixo. Quanto a implementação e a operacionalização do Projeto pela escola os professores fizeram uma avaliação mais rigorosa considerando-a como “regular” e “boa” (seis professores), enquanto os pais a consideram entre “boa” e “excelente” (27). Esta percepção como veremos adiante, varia conforme a participação nas atividades escolares. Ou seja, quanto maior a participação, maior a crítica.

Figura 12: Considerações sobre o Projeto de Educação Integral na Escola



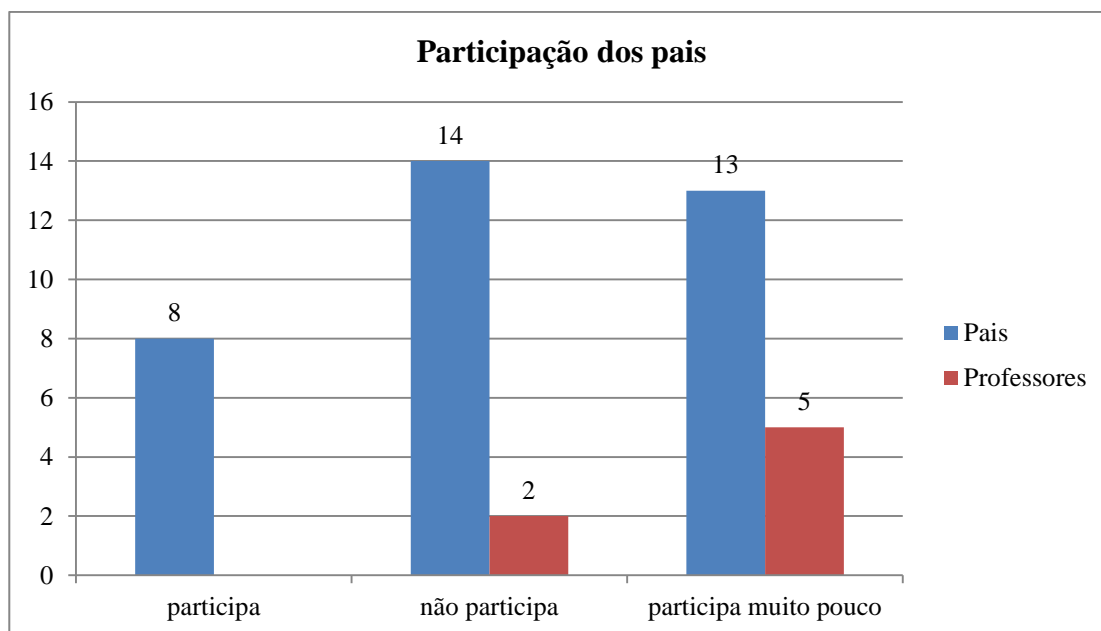
Fonte: Autora

Quanto à participação dos profissionais da escola envolvidos no desenvolvimento do Projeto, os professores relataram que o planejamento das oficinas foi elaborado junto com os professores do currículo básico (a maioria oferta as oficinas), e que coordenadores, orientador e funcionários participaram ativamente do Projeto, ficando alguns funcionários com uma participação pequena.

No entanto, a participação dos pais é reconhecida pelos professores e pelos próprios pais como pequena, o que fere o princípio do Diálogo Escola e Comunidade, previsto nas Diretrizes Norteadoras de Política de Educação Integral anexa à Portaria nº 01 de novembro

de 2009 e pode fragilizar o desenvolvimento do Projeto. O gráfico abaixo mostra as opiniões dos pais e professores quanto à participação dos pais no Projeto.

Figura 13: Participação dos pais no Projeto Educação Integral



Fonte: Autora

Apesar da pouca participação no Projeto, os pais reconhecem os professores da escola como profissionais responsáveis pelo desenvolvimento do Projeto e a maioria não apoia a ideia de outro profissional ser o responsável pelas oficinas. Os professores, no entanto, se dividem naqueles que defendem os próprios professores como responsáveis e aqueles que defendem a ideia de que outros professores deveriam ser contratados exclusivamente para desenvolver as oficinas. A participação de bolsistas, membros da comunidade escolar e estagiários universitários com conhecimento na área foram citados pontualmente.

A maioria dos pais reconhece que a opção de participar do Projeto foi deles, porém, 13 pais, relataram que a escolha foi do filho. Pais e professores reconhecem que os alunos gostam de participar do Projeto e que demonstram boa participação. Relatam, ainda, que percebem melhorias no desenvolvimento do aluno; como o aumento da responsabilidade com os estudos, a socialização, novas aprendizagens, consciência ecológica; após a participação no Projeto.

Os espaços em que são oferecidas as oficinas foram avaliados pelos pais e professores como regulares e bons, sendo que alguns pais e professores consideraram que o espaço não

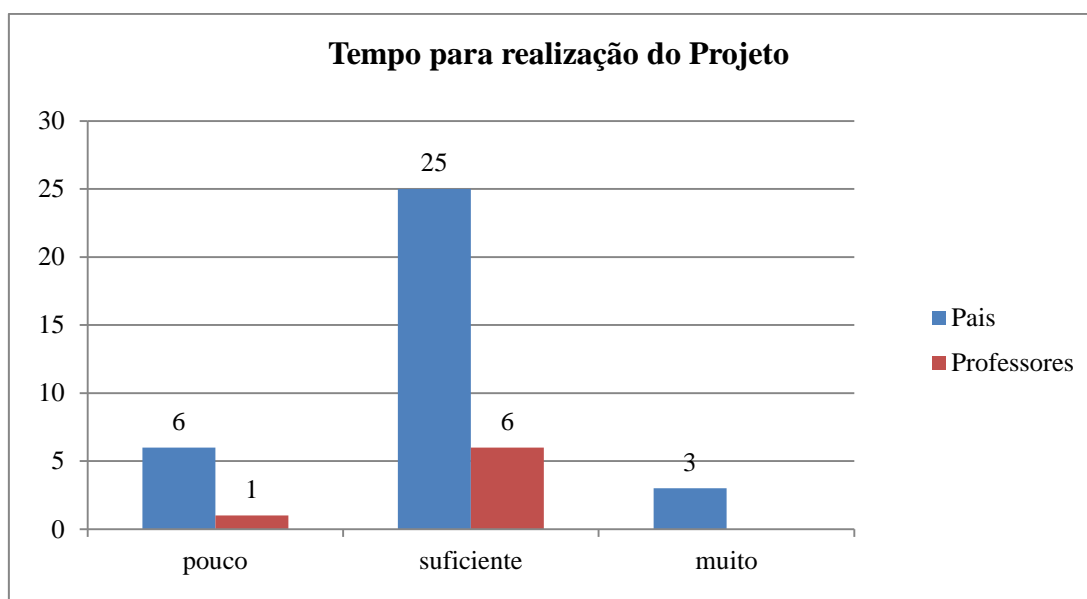
atende às necessidades das oficinas. A satisfação pode ser justificada pelas oficinas que são passíveis de serem ofertadas em sala de aula, como Xadrez, Roda de Leitura, Violão, Jogos e Reciclagem. A insatisfação pode estar relacionada a falta de espaço próprio para realização da Capoeira, Tênis de Mesa e Recreação, uma vez que, a área interna da escola é pequena. A Tabela 04 mostra a percepção de pais e professores sobre o espaço em que são ofertadas as oficinas.

Tabela 04: Avaliação dos espaços em que são oferecidas as oficinas

Sujeito Espaço	Excelentes	Bons	Regulares	Não atendem às necessidades	Não sei
Pais	2	5	14	8	7
Professores	0	1	4	2	0

Fonte: Autora

Se quanto ao espaço a satisfação de pais e professores é relativa, o mesmo não se pode dizer da avaliação do tempo. Pais e professores concordam que o tempo destinado ao Projeto de Educação Integral é suficiente. Os pais que consideraram o tempo como aquém do necessário (pouco tempo) ou consideraram o tempo além do necessário (muito tempo) o fizeram considerando o horário de saída do trabalho. Alguns pais saem antes das 16 horas e outros às 18 horas. No gráfico abaixo observamos a opinião de pais e professores quanto ao tempo destinado ao desenvolvimento das atividades da Educação Integral.

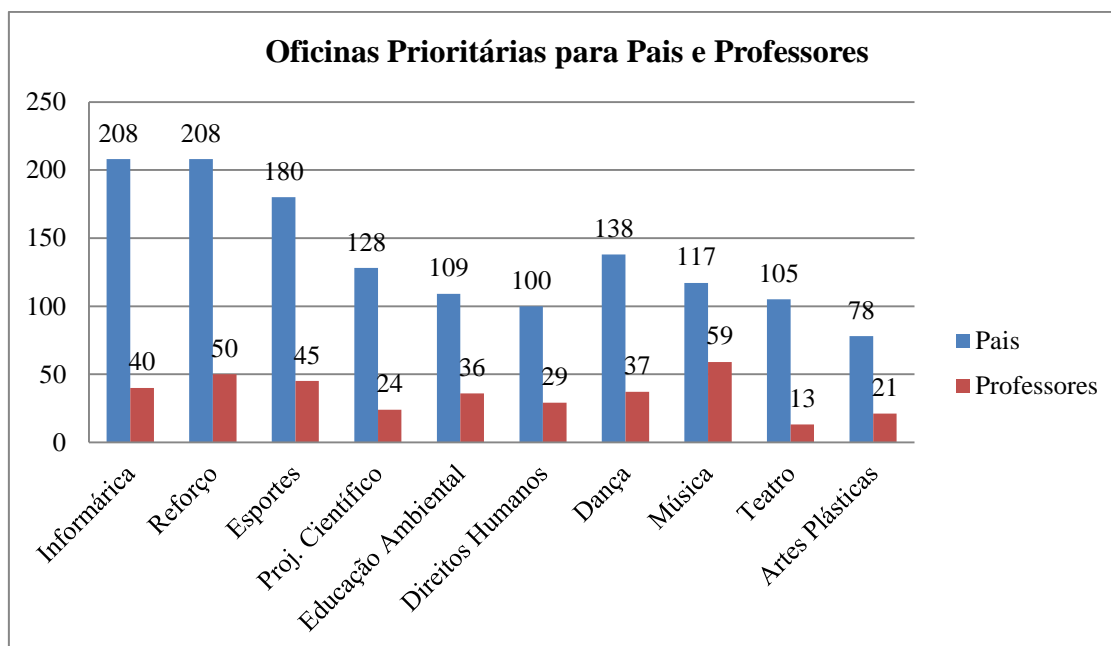
Figura 14: Opinião de pais e professores quanto ao tempo para realização do Projeto

Fonte: Autora

Quanto ao material disponível para realização das oficinas, os professores consideraram que existem, mas em pouca quantidade. A resposta dos pais foi dividida entre aqueles que consideraram que há material disponível (20) e aqueles que reconheceram não saber responder (14). Esse resultado pode demonstrar que os professores, com o pouco material que possuem, conseguem desenvolver um bom trabalho e que, por outro lado, há pouca participação dos pais na realização das atividades.

As oficinas ofertadas foram consideradas pelos pais e professores como boas ou excelentes, sendo consideradas pontualmente como oficinas que não atendem às expectativas dos alunos. Novamente, alguns pais (7) relataram não conhecer as oficinas que estão sendo desenvolvidas, demonstrando a sua não participação no desenvolvimento do Projeto.

Na sequência, a Figura 15 mostra a preferência dos participantes da pesquisa quanto às oficinas que gostariam que fossem ofertadas. Pais selecionaram Reforço e Informática como as oficinas mais importantes, seguidas pelo Esporte; já os professores consideraram a Música como a oficina mais importante seguida pelo Reforço e pelo Esporte. No entanto, Artes Plásticas foi a oficina considerada menos importante pelos pais, talvez por ser desenvolvido trabalho parecido na disciplina de artes da Base Nacional Comum. Para os professores a oficina menos prioritária é o Teatro, talvez por não haver espaço adequado na escola para tal oficina. Os professores destacaram como importantes as oficinas de Xadrez e Origami, que não estavam contempladas na pesquisa.

Figura 15: Oficinas que deveriam ser ofertadas prioritariamente

Fonte: Autora

Aos pais e professores foi solicitado, no final da pesquisa, que relatassem os pontos negativos e positivos do Projeto. Entre os pontos considerados negativos pelos pais estão: o não envolvimento dos pais, o pouco tempo dispensado para o acompanhamento pedagógico e a falta de vagas na oficina de informática. Para os professores, o cansaço ao final do dia, a quantidade elevada de alunos por oficina com a falta deicineiros para diferentes oficinas e a falta de materiais são os principais pontos negativos. Pais e professores concordam que a falta de estrutura física observada na ausência de um refeitório e de quadras esportivas é também um ponto negativo do Projeto na escola.

Quanto aos pontos positivos do Projeto, a melhoria no rendimento dos alunos e o aumento da responsabilidade nos estudos pelos filhos, a diversidade de oficinas ofertadas, o comprometimento dos professores, o incremento de maiores oportunidades de aprendizagem para os filhos e a oportunidade de que o filho não fique na rua, foram elencados pelos pais. Os professores, como os pais, consideram o Projeto uma oportunidade de aumento de conhecimento e desenvolvimento dos alunos, uma oportunidade para afastar os alunos das ruas com uma melhor ocupação do seu tempo, e reconhecem a dedicação e o compromisso por parte dos docentes, da direção e da coordenação da escola na realização do projeto.

Considerações Finais

Ao desenvolver o Projeto de Educação Integral no período 2011-2012, o CEF 02 de Brasília buscou atender aos princípios de integralidade, intersetorialidade, diálogo escola comunidade (parcialmente), trabalho em rede, cultura da paz, por meio das oficinas ofertadas e atividades extras. Ofertou campos de conhecimento de caráter prioritário e eletivo atendendo dessa forma as diretrizes pedagógicas da SEE-DF. Colocou como responsáveis pelo atendimento das oficinas os próprios professores da Base Nacional Comum que foram reconhecidos, pelos pais, pela dedicação ao trabalho. Permitiu aos alunos escolherem as oficinas que iriam participar para atendê-los no desenvolvimento de suas habilidades. Porém, a escola precisa buscar alternativas para promover uma maior participação dos pais no Projeto.

Com a implantação do PROEITI em 2013 a SEE-DF reconheceu a importância de se colocar as atividades da parte diversificada sob a supervisão de um professor; inovou na implantação da articulação entre espaços da própria Secretaria de Educação como CIEF, Escolas Parque e CIL e na disponibilização de transporte sem custo para os alunos nos deslocamentos para esses espaços. Porém, a composição das turmas por faixa etária ou nível de aproveitamento para atividade proposta além de destoar das diretrizes pedagógicas que considera a formação de turma de acordo com o interesse pelas atividades não permite ao aluno escolher apenas atividades de seu interesse tornando obrigatória a participação em todas as atividades.

Outro questionamento é o tempo longo de permanência na escola (10 horas diárias) que pode levar ao cansaço do aluno, resistência à escola e, o mais preocupante, a ausência da participação da família na educação.

O CEF 02 de Brasília passou em 2013 a compor o grupo de Escolas Integrais do DF. Apesar da equipe escolar ter elaborado um Plano de Ação no final de 2012, em 2013 foram informados da nova proposta que deveriam seguir para implantação do Projeto Piloto, incluindo o atendimento diário de 10(dez) horas nos cinco dias da semana e a disponibilização de outra equipe de professores para trabalhar as oficinas, que passaria a ser chamadas de Parte Diversificada. Assim, os alunos da referida escola terão nas 2ª e 4ª feiras, no período da tarde, aulas de Língua Estrangeira no Centro de Línguas 1 e Desporto no CIEF. Nas 3ª, 5ª e 6ª, à tarde, os alunos terão o atendimento na própria escola com atividades de:

Letramento, Raciocínio Lógico, Pintura, Cultura Afro-Brasileira com ênfase na Capoeira, Educação Física com foco em Tênis de Mesa e Recreação, e Artes. No período da manhã, além das disciplinas da Base Nacional serão ofertadas Redação, Xadrez, Meio Ambiente e Sustentabilidade, e Cultura Popular.

O PROEITI atende aos desejos de pais e professores da escola, demonstrado na pesquisa, ao designar professores específicos para o atendimento nas oficinas e, ao ofertar o desporto no CIEF, resolve também, o problema da falta de quadras na escola. Por outro lado, ao impor sua proposta fragiliza Gestão Democrática desconsiderando a participação da equipe escolar e agravando ainda mais o problema da participação dos pais no planejamento do Projeto.

É importante considerar, ainda, que os alunos desta Instituição Educacional residem fora de Brasília, em outras Regiões Administrativas ou em cidades do Entorno e que, portanto, para chegarem à escola às 7:30h devem sair de casa antes das 6h, gastam em média 1:30h para retornarem às suas casas à tarde e devem dormir em média 8h por dia. Com uma jornada de 10 horas diárias reduzirão o tempo de contato com a família, poderão ter um aumento do desgaste físico e mental com potencial prejuízo ao desenvolvimento da aprendizagem.

Cabe destacar ainda, a satisfação de pais e professores quanto ao trabalho que estava sendo desenvolvido pela Escola no ano de 2012 e que os problemas elencados podem comprometer os bons resultados do projeto, frustrar as expectativas de pais e professores, gerando resistências ao Projeto de Educação Integral.

Por fim, é importante destacar que, além dos problemas explicitamente detectados pela pesquisa, existe também no DF a descontinuidade dos projetos de educação integral, que ainda são tratados como projeto de governo e não como instrumento de política educacional permanente.

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Ao ingressar no curso de Pedagogia tinha a intenção de conhecer novas formas de desenvolver a aprendizagem, novas técnicas de inclusão para alunos com necessidades educacionais especiais e de aperfeiçoar meu trabalho como educadora, o que aconteceu de forma relativamente satisfatória.

Porém, percebi a necessidade de novos conhecimentos. À curto prazo, pretendo fazer estudos sobre as diferentes formas de ensinar matemática e de tornar esta disciplina mais agradável e menos assustadora para os alunos. Conhecer o trabalho dos professores de matemática desenvolvido no Piauí, quem tem proporcionado o sucesso dos alunos nas Olimpíadas Brasileiras de Matemática das Escolas Públicas é um dos meus objetivos. Completando estes estudos está nos meus planos conhecer a forma de ensinar matemática nos diversos países com índices de aprendizagem maiores que o Brasil.

Dentro da Secretaria de Educação almejo desenvolver um trabalho de gestão direcionado à educação integral como forma de diminuir as desigualdades educacionais presentes em nossa sociedade, fortalecendo a escola como ambiente de educação formal e utilizando a integração dos saberes não formais na educação dos estudantes. Por isso, a aproximação da família à escola é fundamental, pois creio na conjugação da educação familiar com a educação escolar.

Outro projeto profissional é o trabalho voluntário como professora de matemática para alunos com dificuldades de aprendizagem nesta disciplina.

Paralelamente aos projetos acadêmicos e profissionais, o trabalho como educadora cristã está em meus planos, até porque acredito na Educação Integral como uma educação ampla incluindo também a educação religiosa, negligenciada quer pelo governo Distrital, quer pelo Federal.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando. **O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova – 1932.**

BARROS, Kátia Oliveira de. **A escola de Tempo Integral como Política Pública Educacional: A Experiência de Goianésia – GO (2001-2006).** 2008.180p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação-FE/UnB, Brasília.

BORGES, Livia Freitas Fonseca. **A Escola de Tempo Integral no Distrito Federal – Uma Análise de Três Propostas.** 1994.186p. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – FE/UnB, Brasília.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 8035 de 2010. PNE 2011/2020.** Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf> Acesso em janeiro de 2013.

_____. **Decreto nº 7083 de 27 de janeiro de 2010. Dispõe sobre o Programa Mais Educação.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/821234/decreto-7083-10> Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Lei nº 11 494 de 20 de junho de 2007. Dispõe sobre o FUNDEB.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm Acesso em janeiro de 2013.

_____. **Portaria Normativa Interministerial nº 17 de 17 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação.** Disponível em: portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task. Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Lei nº 10 172 de 09 de janeiro de 2001. Plano Nacional de Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm Acesso em janeiro de 2013.

_____. **Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei das Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Lei nº 8642 de 31 de março de 1993. Dispõe sobre o PRONAICA.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/127641/lei-8642-93> Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em dezembro de 2012.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica–IDEB** Disponível em <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=258792> Acesso em janeiro de 2013.

CAVALIERE, Ana Maria. **Anísio Teixeira e a educação integral**. Paidéia. maio-ago. Vol.20, nº 46, 249-259. Disponível em: www.scielo.br/paideia. Acesso em: dezembro de 2012.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. **História da educação integral**. Em aberto, Brasília, abr.2009, v.22,nº80, 83-86. Disponível em : <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1472/1221>. Acesso em dez.2012.

COELHO, Lígia Martha Coimbra Coelho (org.).**Educação Integral em tempo integral: estudos e experiências em processo**.Petrópolis, RJ: DP etAlia; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

DISTRITO FEDERAL – **Projeto Piloto de Educação Integral em Tempo Integral, 2013**. Disponível em: <http://www.integralsedf.com/search/label/PROEITI> . Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Projeto Polo de Educação Integral em Tempo Integral**. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. 2012

_____. **Portaria nº 27 de 06 de fevereiro de 2012. Define quantitativo de coordenadores nas escolas**. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2012/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%20027%2006-02-2012/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20027.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Portaria nº 06 de 03 de fevereiro de 2011. Define quantitativo de coordenadores nas escolas**. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2011/02_Fevereiro/DODF%20N%C2%BA%2005%2004-02-2011/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20025.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Decreto nº 31 613 de 23 de abril de 2010. Criação da Subsecretaria para Educação Integral**. Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2010/04_Abril/DODF%2078%2026-04-2010/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20078.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Portaria nº 04 de 21 de janeiro de 2010. Define quantitativo de coordenadores nas escolas**. Disponível em: <http://ensinopublico.com/wp-content/uploads/2011/06/Portaria-n%C2%BA-04.pdf> Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Relatório 2009 da Secretaria de Estado de Educação**. Disponível em: <http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/402/00002724.pdf> Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Portaria nº1 de 27 de novembro de 2009. Estabelece diretrizes norteadoras para implementação de política de educação integral no Distrito Federal**.

Disponível em: <http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/409/00000650.pdf> Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Documento Norteador para uma construção coletiva das diretrizes para a educação integral no DF, 2009.** Disponível em: www.educacaointegral.df.gov.br/sites/400/409/00000191.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Portaria Conjunta nº 03 de 14 de maio de 2009. Normatização do Regime de Monitoria.** Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2009/05_Maio/DODF%20093%2015-05-09/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20093.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Portaria nº 74 de 29 de janeiro de 2009. Define quantitativo de coordenadores nas escolas.** Disponível em: www.gper.com.br/biblioteca_download.php?arquivold=129 Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Relatório 2008 da Secretaria de Estado de Educação.** Disponível em: <http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/402/00001568.pdf> Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Decreto nº 28 503 de 04 de dezembro de 2007. Cria a Secretaria Extraordinária para a Educação Integral no Distrito Federal.** Disponível em: http://www.buriti.df.gov.br/ftp/diariooficial/2007/12_Dezembro/DODF%20231%2005-12-2007/Se%C3%A7%C3%A3o01-%20231.pdf Acesso em fevereiro de 2013.

_____. **Lei orgânica do Distrito Federal de 08 de junho de 1993.** Disponível em: <http://www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/legislacao/legislacao/TelaSaidaDocumento.cfm?txtNumero=0&txtAno=0&txtTipo=290&txtParte=>. Acesso em fevereiro de 2013.

DOLABELLA, Maria Cristina Hermeto. **Desafios Políticos e Pedagógicos da Educação Integral no Distrito Federal entre 2007 e 2011. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da UnB.** Brasília, 2012.

GADOTTI, Moacir **Educação Integral no Brasil: Inovações em processo.** São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. Disponível em: <http://acervo.paulofreire.org/xmlui/handle/7891/3079#page/13/mode/1up> Acesso em maio de 2013

MOLL, Jaqueline e Colaboradores. **Caminhos da Educação Integral no Brasil: direitos a outros tempos e espaços educativos.** Porto Alegre, Ed. Penso, 2012.

PEREIRA, Mariá Viviane Souza. **Um estudo exploratório sobre a educação integral na Escola Classe 614 de Samambaia – DF. Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia. Faculdade de Educação da UnB.** Brasília: UnB, 2011. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/handle/10483/3210>. Acesso em fevereiro de 2013.

Regimento Interno dos CIEP. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/nossas-bandeiras/educacao/mais-sobre-os-cieps/regimento-interno-dos-cieps> Acesso em dezembro de 2012.

SINPRO- DF: **CAIC do Paranoá completa 20 anos.** Disponível em:
www.sinprodf.org.br/caic-do-paranoa-completa-20-anos/ Acesso em janeiro de 2013.

APÊNDICE

APÊNDICE 1

Tabela 05: Grau de prioridade das oficinas que deveriam ser ofertadas

Oficinas Grau de importância	1		2		3		4		5		6		7		8		9		10		Total
	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	Pais	Prof .	
Informática	10	1	4	1	4	1	2	1	2	1	2		1								30
Dança	3		2	1	4	1	2	1	3		1	1	1	2	3		2		4		31
Música	1	1	3	1	2	4	1		3		4	1	1		1	1	6				30
Esportes	1		8	1	5	3	2	1	3		2	1	3		1				1		32
Educação Ambiental			1				3	2	5	1	5		4	3	2				2		28
Artes Plásticas			1				1		3		1	1	3		3	2	6		6	2	29
Teatro			1		2		3		1	2	3	1	5		4		1	2	4		29
Proj. Científicos	1	1			6	1	2		2		2		1		6	1	1	1	3	1	29
Direitos Humanos			2	2	2		4		1	1	1		4		3	1	4	1	1		27
Reforço	11	4	4	1	1		3		2		3				1		1		1	1	33

Fonte: Questionário a pais e professores do CEF 02 de Brasília em 2012

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento e livre esclarecimento



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

Prezado(a) senhor(a),

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**A Experiência de Educação Integral no CEF 02 de Brasília em 2011/2012, na Perspectiva de Pais e Professores**”, sob a responsabilidade da estudante de Pedagogia, Miriam Tereza de Souza Netto, a qual pretende analisar a experiência da implantação do projeto de Educação Integral nesta escola.

Sua participação é voluntária e se dará por meio de respostas a um questionário. Caso o(a) senhor(a) aceite participar, estará contribuindo para análise crítica da implantação do projeto de educação integral na escola.

Se depois de consentir em sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(A) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Contamos com sua colaboração

Miriam Tereza de Souza Netto

Graduanda de Pedagogia

FE-UnB

Endereço do Pesquisador Responsável:

Miriam Tereza de Souza Netto. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

Campus Darcy Ribeiro. Prédio FE3. CEP: 70 910-900. Brasília – DF

Comitê de Ética em Pesquisa:

Comitê de ética em Pesquisa. Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro. Prédio da Reitoria. CEP: 70 910-900. Brasília – DF

Orientador da Pesquisa “A experiência de Educação Integral do CEF 02 02 de Brasília em 2011/2012, na Perspectiva de Pais e Professores”. UnB: Dr. Paulo Sérgio de Andrade Bareicha.

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Eu, _____, li e entendi as informações fornecidas sobre a pesquisa “**Educação Integral no CEF 02 de Brasília**” e, sentindo-me esclarecido (a) concordo livremente em participar dessa pesquisa e com todas as informações do Termo do Consentimento e Livre esclarecimento anexado a esse documento.

Brasília, ____/____/____

() Confirmo o aceite do Termo de Consentimento e Livre esclarecimento

Agradecemos a sua participação

APÊNDICE 3

Questionário feito aos pais de alunos do CEF 02 de Brasília, sobre a Educação Integral.

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL – PAIS

Meu nome é Miriam Netto. Sou estudante de Pedagogia da Universidade de Brasília e estou realizando um trabalho sobre Educação Integral no Ensino Fundamental em Brasília. Este questionário é parte fundamental deste trabalho e tem por objetivo conhecer o funcionamento da Educação Integral nesta escola. O questionário é individual e as respostas, anônimas, são confidenciais.

Obrigada pela colaboração.

QUESTIONÁRIO

- 1) Você considera o Projeto de Educação Integral desenvolvido pela sua escola como:
☐ válido, pois os alunos têm onde ficar
☐ válido, pois a escola tem espaço ocioso
☐ válido, pois os alunos apresentam melhorias em sua aprendizagem
☐ válido, pois os alunos tem oportunidade de ter outras aprendizagens
☐ não concordo com o projeto
- 2) Você considera a implementação e a operacionalização do projeto.
☐ Excelente
☐ Boa
☐ Regular
☐ Ruim
☐ Não conheço
- 3) Os pais participam do Projeto da escola?
☐ Sim
☐ Não
☐ Muito pouco
- 4) Qual o principal responsável pelas atividades do Projeto junto ao aluno?
☐ Professores concursados
☐ Professores contratados
☐ Voluntários
☐ Bolsistas
☐ Não sei
- 5) Você acha que o responsável pelas oficinas deveria ser outra pessoa?
☐ Sim
☐ Não

- 6) Caso você tenha respondido sim, qual?
- ☐ Professor habilitado e contratado exclusivamente para as oficinas
 - ☐ ONG
 - ☐ Bolsista
 - ☐ Membros da comunidade escolar com conhecimento na área
 - ☐ Estagiários de Universidades com conhecimento na área
- 7) A participação de seu filho no Projeto de Educação Integral foi:
- ☐ opção dele mesmo
 - ☐ opção dos pais
- 8) Seu filho:
- ☐ gosta de participar do Projeto de Educação Integral
 - ☐ não gosta de participar do Projeto de Educação Integral
- 9) A participação de seu filho é:
- ☐ Boa
 - ☐ Ruim
 - ☐ Não sei
- 10) Você percebeu alguma melhora no desenvolvimento do seu filho após a participação no Projeto?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Pouco
- 11) Os espaços em que são oferecidas as oficinas são:
- ☐ Excelentes
 - ☐ Bons
 - ☐ Regulares
 - ☐ Não atendem as necessidades das oficinas
 - ☐ Não sei
- 12) O tempo para realização do Projeto é:
- ☐ Suficiente
 - ☐ Pouco
 - ☐ Muito
- 13) Há material disponível para realização das oficinas?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Pouco
 - ☐ Não sei
- 14) As oficinas ofertadas são:
- ☐ Excelentes
 - ☐ Boas
 - ☐ Não atendem as expectativas dos alunos
 - ☐ Não atendem as expectativas dos professores
 - ☐ Não conheço as oficinas que estão sendo desenvolvidas

15) Enumere de acordo com o grau de importância quais oficinas deveriam ser ofertadas no Projeto:

- () Informática
- () Dança (incluindo Capoeira)
- () Música
- () Esportes
- () Educação Ambiental
- () Artes Plásticas
- () Teatro
- () Projetos Científicos
- () Direitos Humanos
- () Reforço
- () Outros: _____

16) Quais os pontos negativos do Projeto na Escola de seu filho?

17) Quais os pontos positivos do Projeto na Escola de seu filho?

APÊNDICE 4

Questionário feito aos professores do CEF 02 de Brasília, sobre Educação Integral .

QUESTIONÁRIO SOBRE EDUCAÇÃO INTEGRAL – PROFESSOR REGULAR

Meu nome é Miriam Netto. Sou estudante de Pedagogia da Universidade de Brasília e estou realizando um trabalho sobre Educação Integral no Ensino Fundamental em Brasília. Este questionário é parte fundamental deste trabalho e tem por objetivo conhecer o funcionamento da Educação Integral nesta escola. O questionário é individual e as respostas, anônimas, são confidenciais.

Obrigada pela colaboração.

QUESTIONÁRIO

- 1) Você considera o Projeto de Educação Integral desenvolvido pela sua escola como:
☐ válido, pois os alunos têm onde ficar
☐ válido, pois a escola tem espaço ocioso
☐ válido, pois os alunos apresentam melhorias em sua aprendizagem
☐ válido, pois os alunos tem oportunidade de ter outras aprendizagens
☐ não concordo com o projeto
- 2) Você considera a implementação e a operacionalização do projeto.
☐ Excelente
☐ Boa
☐ Regular
☐ Ruim
☐ Não conheço
- 3) O planejamento das Oficinas é elaborado junto com os professores do currículo básico?
☐ Sim
☐ Não
- 4) Há troca de informações entre os responsáveis pelas oficinas e os professores?
☐ Sim
☐ Não
- 5) Os pais participam do Projeto da escola?
☐ Sim
☐ Não
☐ Muito pouco
- 6) Coordenadores, Orientador, funcionários participam do Projeto da escola?
☐ Sim, ativamente
☐ Sim, parcialmente
☐ Não

- 7) Professores do currículo básico participam do Projeto:
- ☐) Ativamente
 - ☐) Parcialmente
 - ☐) Não participam
- 8) Qual o principal responsável pelas atividades do Projeto junto ao aluno?
- ☐) Professores concursados
 - ☐) Professores contratados
 - ☐) Voluntários
 - ☐) Bolsistas
- 9) Você acha que o responsável pelas oficinas deveria ser outra pessoa?
- ☐) Sim
 - ☐) Não
- 10) Caso você tenha respondido sim, qual?
- ☐) Professor habilitado e contratado exclusivamente para as oficinas
 - ☐) ONG
 - ☐) Bolsista
 - ☐) Membros da comunidade escolar com conhecimento na área
 - ☐) Estagiários de Universidades com conhecimento na área
- 11) Você percebe que os alunos:
- ☐) gostam do Projeto
 - ☐) Participam do Projeto porque os pais obrigam.
- 12) A participação dos alunos é:
- ☐) Boa
 - ☐) Ruim
 - ☐) Não sei
- 13) Você percebeu alguma melhora no desenvolvimento do aluno após a participação no Projeto?
- ☐) Sim
 - ☐) Não
 - ☐) Pouco
- 14) Os espaços em que são oferecidas as oficinas são:
- ☐) Excelentes
 - ☐) Bons
 - ☐) Regulares
 - ☐) Não atendem as necessidades das oficinas
- 15) O tempo para realização do Projeto é:
- ☐) Suficiente
 - ☐) Pouco
 - ☐) Muito
- 16) Há material disponível para realização das oficinas?
- ☐) Sim
 - ☐) Não
 - ☐) Pouco

17) As oficinas ofertadas são:

- ☐) Excelentes
- ☐) Boas
- ☐) Não atendem as expectativas dos alunos
- ☐) Não atendem as expectativas dos professores
- ☐) Não conheço as oficinas que estão sendo desenvolvidas

18) Enumere de acordo com o grau de importância quais oficinas deveriam ser ofertadas aos alunos no Projeto:

- ☐) Informática
- ☐) Dança (incluindo Capoeira)
- ☐) Música
- ☐) Esportes
- ☐) Educação Ambiental
- ☐) Artes Plásticas
- ☐) Teatro
- ☐) Projetos Científicos
- ☐) Direitos Humanos
- ☐) Reforço
- ☐) Outros: _____

19) Quais os pontos negativos do Projeto em sua Escola?

20) Quais os pontos positivos do Projeto em sua Escola?
